

Zeila Costa

Tekoha Añetete :

O reassentamento de um grupo indígena Avá-Guarani atingido pela construção da UHE Itaipu Binacional

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientadora: Prof^a Aneliese Nacke.

Florianópolis
2002

AGRADECIMENTOS

Quando se diz que uma monografia é feita em meio a muita solidão, é no momento dos agradecimentos que percebemos que essa solidão é ‘relativa’.

Com certeza, esse trabalho foi feito a várias mãos, que junto com as minhas possibilitaram a sua existência.

Dentre elas estão as dos Avá-Guarani que confiaram em mim e abriram seu *tekoha* para que eu pudesse fazer essa monografia. Especialmente a João, Vicente, Sabino, Horlando, Lorença, Antônia, Francisca e Alfredo.

À prefeitura do município de Diamante d'Oeste, especialmente ao José Maria Dias e “seu pessoal”. A João Zehnpfennig e Gilberto Canali por um pouco do “outro lado” da história.

A Cidinha, Lídia e “seu” Erno pelos papos que renderam várias linhas.

A amiga que fiz em campo, professora Cida e, é claro, ao Zé; que gentilmente me acolheram em seu lar.

De volta à Florianópolis, os agradecimentos não são menores, nem em número, nem em importância.

A professora Aneliese Nacke que com sua orientação e amizade ajudou-me a construir esse trabalho.

Ao professor Sílvio Coelho dos Santos que com seu apoio, dedicação e experiência muito contribuiu para minha formação acadêmica. A este e a professora Antonella M. I. Tassinari pelas valiosas contribuições dadas na banca de qualificação do projeto e julgamento do trabalho final.

Aos amigos do NEPI, especialmente Luciano, Gisela e Cátia.

Aos professores do curso de Ciências Sociais, que me ajudaram nessa jornada acadêmica.

Ao CNPq por parte do apoio financeiro necessário a realização dessa monografia.

Enfim, àqueles que sem a presença, esse trabalho não seria possível.

Minha família, que esteve sempre ao meu lado, segurando “mais essa barra”... mas acreditando. Em especial as duas *carinhas* novas que apareceram durante essa *cruzada*: Giovanna e Giulia.

A Natércia e Heré que a saudade parece gerar forças.

E especialmente a Líli pelos papos e por estar ao meu lado dando ‘força’ para chegar ao fim de mais essa *jornada*.

S U M Á R I O

Lista de Siglas.....	
Introdução.....	
Capítulo 1 – PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO	
Contextualizando os Projetos de Desenvolvimento no Brasil.....	
O Setor Elétrico Brasileiro.....	
O Oeste Paranaense.....	
Breve Histórico da Usina Hidrelétrica de Itaipu	
Capítulo 2 – Os AVÁ-GUARANI E A USINA HIDRELÉTRICA DE ITAIPU	
Breve discussão sobre os deslocamentos territoriais Guarani	
Os Avá-Guarani da aldeia Ocoí/Jacutinga.....	
A Terra Indígena Ocoí.....	
Capítulo 3 – O NOVO TEKOKHA	
TI <i>Tekoha Añetete</i> : os três primeiros anos.....	
O <i>Tekoha Añetete</i> : uma nova tentativa.....	
Projetos de subsistência.....	
A saúde na TI.....	
A educação escolar na TI.....	
Considerações finais.....	
Referências.....	
Anexos.....	

LISTA DE SIGLAS

ABA	- Associação Brasileira de Antropologia
AIS	- Agente Indígena de Saúde
ANAI	- Associação Nacional de Apoio ao Índio
ANCITEA	- Associação Comunitária Indígena Tekoha Añetete
ASI	- Agente Sanitário Indígena
BID	- Banco Mundial
BIRD	- Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAPOIB	- Confederação dos Povos e Organização Indígenas do Brasil
CIMI	- Conselho Indígena Missionário
CNPq	- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONAMA	- Conselho Nacional do Meio Ambiente
DSEI	- Distritos Sanitários Especiais Indígenas
EIA/RIMA	- Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental
ELETOBRÁS	- Centrais Elétricas Brasileira S.A.
FUNAI	- Fundação Nacional do Índio
FUNASA	- Fundação Nacional de Saúde
GP	- Grande Projeto
GT	- Grupo de Trabalho
IAP	- Instituto Ambiental do Paraná
IBAMA	- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IC	- Iniciação Científica
IPARJ	- Instituto de Pesquisas Antropológicas do Rio de Janeiro
ISA	- Instituto Socioambiental
ITC	- Instituto de Terras e Cartografia
MEC	- Ministério de Educação e Cultura
MST	- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NEPI	- Núcleo de Estudos de Povos Indígenas
NGG	- Nhemboaty Guasu Guarani
ONG's	- Organizações Não-Governamentais
ONU	- Organização das Nações Unidas
PIC/OCOÍ	- Projeto Integrado de Colonização da Gleba Ocoí
PNE	- Plano Nacional de eletrificação
TCC	- Trabalho de Conclusão de Curso
TI	- Terra Indígena
UFPR	- Universidade Federal do Paraná
UFSC	- Universidade Federal de Santa Catarina
UNIPAR	- Universidade do Paraná
UHE	- Usina Hidrelétrica

INTRODUÇÃO

Abordo, nessa monografia, os impactos de projetos de desenvolvimento sobre uma população indígena, neste caso, o impacto da construção da usina hidrelétrica de Itaipu Binacional sobre um grupo indígena Guarani.

A escolha do tema surgiu quando ingressei como bolsista de iniciação científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (IC/CNPq), em 2001, na equipe do projeto “Hidrelétricas, Privatizações e os Índios no Contexto do Mercosul II”, coordenado pelo professor Sílvio Coelho dos Santos, do Núcleo de Estudos de Povos Indígenas (NEPI), que faz parte do Departamento de Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). A pesquisa contou com o apoio financeiro de parte do trabalho, do CNPq, por intermédio do projeto com citado.

O objetivo principal da pesquisa foi recuperar o processo de reassentamento de uma parte do grupo Avá-Guarani que teve suas terras atingidas pelo reservatório da usina hidrelétrica de Itaipu e foi transferido para o município de Diamante d'Oeste, Paraná, onde estão construindo um novo *tekoha*.

Para alcançar esse objetivo fiz três etapas de pesquisa de campo. A primeira aconteceu em janeiro de 2001. Junto com a equipe de pesquisa do projeto acima referido, fiz o primeiro contato com algumas das pessoas que seriam minhas interlocutoras. Visitamos as terras indígenas (TIs) *Ocoí* e *Tekoha Añetete*, as prefeituras de São Miguel do Iguazu e Diamante d'Oeste e a Itaipu Binacional. Foram então realizadas entrevistas, documentação fotográfica e marcado um retorno para dentro de alguns meses.

Em julho do mesmo ano, voltei ao município de Diamante d'Oeste, dessa vez com a professora Aneliese, que ficou alguns dias em campo. Neste trabalho estive em contato com representantes da prefeitura municipal com os quais fiz entrevistas semi-dirigidas, com moradores do município com quem tive conversas informais e com pessoas que trabalham na TI, como a auxiliar de enfermagem e um técnico da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA). Junto a comunidade indígena, realizei algumas entrevistas semi-dirigidas com o cacique, com um dos professores da escola e com os agentes de saúde indígena; além de entrevistas informais com moradores da TI. Algumas entrevistas foram gravadas em fita de audiocassete. Além das entrevistas, utilizei a fotografia como outra forma de registro.

A terceira e última etapa de pesquisa de campo, aconteceu em fevereiro de 2002. O objetivo era preencher as lacunas das etapas anteriores. Voltei a ter contato com o Superintendente de Meio-Ambiente da Itaipu, com representantes da Prefeitura Municipal de Diamante d'Oeste, com pessoas que trabalham na TI e com os indígenas. Novamente fiz gravações de algumas entrevistas e registros fotográficos.

Em Florianópolis, busquei informações na Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) e tive a oportunidade de realizar uma entrevista com Gilberto Canali, que exercia o cargo de Superintendente do Departamento de Meio Ambiente da Itaipu Binacional quando da compra da nova terra.

Em todas as viagens, o diário de campo, a máquina fotográfica e o gravador foram companheiros inseparáveis, para que o máximo de informações fossem registradas. O resultado destes trabalhos, todos registrados no diário de campo; somados a revisão bibliográfica temática e teórica, ao levantamento histórico e documental, a mapas, fotografias e tabelas resultou neste trabalho que está dividido em três capítulos.

No primeiro capítulo, contextualizo os projetos de desenvolvimento no Brasil, destacando algumas noções como *Etnodesenvolvimento*, *Impacto Global*, *Perturbações Laterais* e *Externalidade*. Ainda faço um breve resgate histórico do setor elétrico brasileiro, chegando a Itaipu Binacional.

No capítulo dois, trato da relação entre a Itaipu Binacional e os Avá-Guarani. Para isso destaco a importância dos *deslocamentos Guarani*, para entender o processo que transcorreu.

E no terceiro capítulo, central do trabalho, desenvolvo a etnografia sobre a construção do novo *tekoha* no município de Diamante d'Oeste, a partir de dois momentos: no primeiro, descrevo os três primeiros anos, onde constatei os problemas surgidos, ou seja, os *impactos* que a transferência causou. No segundo, descrevo a situação atual da TI, onde estão centradas as tentativas para solucionar tais problemas; nessa parte cito as iniciativas que estão sendo desenvolvidas atualmente, principalmente projetos voltados para a subsistência do grupo, destaco ainda o que está sendo feito com relação a área da saúde e da educação escolar na comunidade.

Nas considerações finais, resgato alguns aspectos que considere importantes ressaltar, a partir do confronto entre os dados obtidos nos trabalhos de campo com a bibliografia sobre o assunto.

CAPÍTULO 1

Projetos de Desenvolvimento

Contextualizando os projetos de desenvolvimento no Brasil

As décadas de 50 e 60, no Brasil, foram marcadas por uma política nacional-desenvolvimentista. Germinaram mega-projetos que tinham o objetivo de levar “progresso” para o interior do país, oferecendo àquelas populações novos padrões de vida. A região rural era, em muitos casos ainda é vista como atrasada em relação às capitais dos estados. Os projetos voltados para o desenvolvimento receberam ampla divulgação e incentivo tanto nos discursos políticos, quanto na mídia. O regime político implantado com o golpe de 64, foi palco de muitos desses projetos, entre eles estão a Transamazônica, a Ferrovia do Aço, a usina Hidrelétrica de Itaipu, a usina Hidrelétrica de Tucuruí, o Projeto Carajás entre outros (Santos e Reis, 1993 e Catta,1994)¹.

Esses empreendimentos atingem necessariamente muitas pessoas, sendo os indígenas e os camponeses os mais afetados, justamente aqueles que possuem uma “vinculação orgânica” com a terra, a base de sua subsistência. O processo acaba desestruturando sócio-economicamente essas populações (Santos e Reis, 1993, p.3). Santos e Reis, também destacam a ideologia que existe por trás desses projetos segundo os autores, são projetos que estão “associados a uma visão integracionista do Estado que é auto-pensado como ente hegemônico, monoétnico e uninacional, o que, em síntese, é compatível com o pensamento militar em sua expressão geopolítica” (ibid., p.1).

Em sentido mais amplo, o que se buscava era elevar os países “subdesenvolvidos” à situação de “desenvolvido”. Para Stavenhagen:

O modelo implícito, ou, muitas vezes, explícito, da chamada sociedade moderna só poderia ser alcançado se os países em questão seguissem certas estratégias de mudança social e econômica. O modelo segundo o qual se esperava que os países subdesenvolvidos encontrassem seu próprio futuro vinha do mundo industrializado (1985, p. 14).

O desenvolvimento seria alcançado a partir de mudanças culturais, que deveriam ser direcionadas pela comunidade internacional, não levando em consideração a diversidade

¹ Ribeiro (1991) destaca que políticas desenvolvimentistas precisam, para serem implantadas, um governo autoritário e centralizado, pois estas envolvem projetos que demandam grande concentrações de poder econômico nacional e internacional.

étnica dos países em questão (idem). Cita como exemplo a área agrícola, as instituições fomentadoras de projetos como o Banco Mundial, Agências de Ajuda Bilaterais e governos nacionais utilizaram como base para a tomada de decisão as teses criadas pelas teorias do desenvolvimento agrícola, que, segundo o autor, “de modo bastante leviano, desprezou o campesinato, e concentrou sua atenção no setor moderno”. Porém, projetos de desenvolvimento agrícola de custos elevados fracassaram, e a “pobreza do mundo rural está crescendo” (Ibid., p. 21).

Para Santos e Reis (1993), os *grandes projetos* (GPs) foram, e ainda estão sendo implantados sem levar em consideração as especificidades locais e aspirações das populações que serão atingidas. Os autores destacam que “as demandas que os justificaram e justificam são de caráter nacional ou internacional. Sua localização é decidida em função de critérios e estratégias complexos e distanciados das lógicas que presidem o cotidiano local ” (ibid., p.2).

A complexidade do fenômeno inspirou vários pesquisadores. Dentre os temas abordados estão as *conseqüências sociais negativas* que projetos dessa natureza desencadeiam. Nesse sentido, *deslocamentos compulsórios* são apontados, pela bibliografia específica, como a conseqüência mais traumatizante para as populações atingidas por um GP.

Cernea (1995) em *El Reasentamiento Involuntario: la investigación social, la política y la planificación* destaca que “el desalojo obligatorio de las poblaciones constituye una forma de profunda desorganización social que suele manifestarse en determinados programas de desarrollo” (ibid., p.227), ou seja, naqueles onde os interesses nacionais e regionais se sobrepõem ao local e individual, especialmente quando estes fazem parte de segmentos menos favorecidos socialmente. O autor também ressalta que o fato de sempre haver algum tipo de desapropriação na construção de um GP, não quer dizer que isto é uma “tragédia divina que sólo amerita un gesto de compasión” (idem), isto é, é possível minimizar as conseqüências sociais negativas. Para isso, é preciso levar em consideração as populações envolvidas, que não devem ser transferidas sem que antes se conheça sua organização social e características culturais². Medidas enérgicas de proteção à vida, à cultura e aos direitos humanos devem ser adotadas. Projetos que não levam em consideração estes fatores, acabam comprometendo tanto a sobrevivência física quanto cultural destas populações “...quiebra el vínculo físico y psicológico com el pasado y provoca que se desangren las raíces de la

² É preciso deixar registrado, que movimentos sociais de agricultores foram determinantes para muitos dos avanços que se teve, com o tempo, nas negociações sobre as indenizações que as populações afetadas têm direito, mais detalhes podem ser vistos em Reis e Bornholdt (2001), Reis (1998) e Germani (1982).

identidad cultural de la población (...) El efecto acumulativo de todos estos procesos es lo que constituye el desgarramiento del tejido social” (ibid, p.233).

Nacke (1997) destaca algumas das conseqüências negativas que os deslocamentos compulsórios desencadeiam, entre elas estão: “... desarticulação das redes sociais existentes no local de origem; (...) diferenças ecológicas existentes entre o habitat de origem e o novo local; (...) expectativas que os diferentes atores (empresas construtoras, reassentados e mediadores) têm com relação ao reassentamento; (...) alteração da condição inicial da população; (...) convivência de grupos com tradições culturais diversas; (...) questões de indenizações”. Já Santos (1998), ressalta a desmotivação pela vida, a perda de auto-estima e ethos grupal e a dependência de ajuda externa para garantir a sobrevivência cotidiana. Vários tipos de stress, psicológico, fisiológico e sócio-cultural³, foram observados por Scudder nos deslocamentos compulsórios de populações africanas (Apud, Nacke, 1993, p.7).

Nesse sentido, as noções *Impacto Global*, *Perturbações Laterais* e *Externalidade* merecem destaque nos estudos sobre os impactos sociais.

Drumond, ao observar fenômenos sociais onde recursos naturais estão envolvidos, chegou à noção de *externalidade*. A *externalidade*, segundo o autor, está relacionada as conseqüências que um investimento causa sobre um terceiro ator social que não estava envolvido em sua criação.

Uma externalidade ocorre sempre que as transações entre duas partes causarem um benefício ou um custo a uma terceira parte e sempre que esse benefício ou esse custo não for levado em conta nos entendimentos entre as duas primeiras partes (Portney apud Drumont, 1995, p.76).

Já a noção de *perturbações laterais* é abordada por Antonaz (1996). O objetivo de Antonaz era compreender se havia, além dos efeitos sociais decorrentes da construção de uma indústria de alumínio no estado do Pará, efeitos que resultassem do contato do grupo reassentado com a comunidade que o recebeu. Para a autora, as modificações na organização social da comunidade que observou, não foi motivada somente pela implantação da indústria de alumínio, mas também pela coexistência da sociedade tradicional com as famílias imigradas, além de outras intervenções de agentes externos. “Efeitos, como os aqui apresentados, não são atribuíveis diretamente ao projeto, mas requerem a interação de agentes

³O stress fisiológico pode ser observado no "aumento da suscetibilidade de doenças e da mortalidade do grupo"; o stress psicológico, "conduz à depressão e tristeza pela perda do local de origem, além da incerteza e angústia frente a uma situação que foge ao controle", no stress sócio-cultural, "as populações são atingidas em sua liderança, em sua adaptação ao ambiente específico, físico e social, além das redes de relações sociais em que o indivíduo encontra-se inserido" (Scudder, apud Nacke, 1993, p.7).

sociais em sua vida cotidiana” (Antonaz, 1996, p.18). São esses efeitos, que não têm origem exatamente no projeto implantado, que a autora conceitua como *perturbações laterais*.

A noção de *perturbações laterais* reafirma a pertinência de outra noção, a de *impactos globais* que foi desenvolvida pelo Instituto de Pesquisas Antropológicas do Rio de Janeiro (IPARJ)

Segundo o IPARJ,

Por impacto global compreende-se que esses tipos de empreendimentos causam danos globais, isto é, influência, em geral deletéria, em todos os setores da vida de um povo indígena, desde a sua população e as condições materiais de sua sobrevivência, até as suas concepções de vida e visões de mundo. Por sua vez, esses danos raramente são exclusivos a um número populacional, mas atingem a um povo como um todo, a uma etnia, a uma cultura integrada ... (IPARJ, 1986, p. 33).

As críticas que estavam sendo feitas aos GPs, desencadearam, no final dos anos 80, trabalhos que sugeriam formas alternativas de desenvolvimento. Dentre estas sugestões estava a de Stavenhagen (1985), o *etnodesenvolvimento*. O objetivo dessa forma alternativa de desenvolvimento é possibilitar oportunidades iguais de desenvolvimento social, cultural e econômico a uma realidade pluriétnica. O autor destaca alguns pressupostos necessários para que haja o *etnodesenvolvimento*: políticas econômicas voltadas para o aumento do padrão de vida das populações mais carentes, incentivando o investimento interno e não o mercado exterior; aproveitamento da mão-de-obra e recursos locais, buscando assim a sua auto-sustentação e respeito ao meio-ambiente.

Com relação aos GPs relacionados a produção de energia elétrica no Brasil, estes tiveram início na década de 70, quando houve a primeira crise internacional do petróleo. Cenário perfeito para a concretização de projetos como a usina hidrelétrica de Itaipu, que vinha sendo pensada, pelo menos, desde os anos 50, ainda no governo de Juscelino Kubitschek (Catta, 1994, p.45 e Nacke e Weber, 1996). O potencial hidrogeográfico do Brasil tem determinado a prevalência da geração de energia hidrelétrica sobre outras. Muitas usinas hidrelétricas já foram construídas e muitas estão projetadas. A grande maioria atingindo territórios indígenas, especialmente na região norte do país. São exemplos de usinas hidrelétricas que atingiram populações indígenas: Balbina, que fica no estado do Amazonas que atingiu os Waimiri-Atroari; Paredão/Mucajá, em Roraima, atingiu os Yanomami, os Makuxi e os Wapixana e a Itaipu, no estado do Paraná, os Guarani (Santos e Nacke, 1988).

O Setor Elétrico Brasileiro

Um dos ícones da modernidade é a eletricidade, que chegou ao Brasil em 1879, no estado do Rio de Janeiro. No sul do país, o primeiro estado a utilizar a eletricidade foi o Rio Grande do Sul, em 1887, na capital, Porto Alegre. Já a utilização dos recursos hídricos para produzir energia nesta região, só ocorreu no início do século XX, primeiro no estado de Santa Catarina em 1909, e logo depois, em 1911 e 1912, nos estados do Paraná e Rio Grande do Sul respectivamente. O capital empregado nestes empreendimentos era privado, com uma participação expressiva de capital estrangeiro (Santos, no prelo).

A Revolução de 1930 implantou um poder mais centralizador na esfera federal brasileira. Data dessa época a normatização da utilização de recursos hídricos para a geração de energia elétrica, através do Decreto Federal nº 26.643 de 10/07/34, que criou o “Código das Águas” (Reis e Bornholdt, 2001). É a partir do Código das Águas, que o setor elétrico começa a se expandir no Brasil (Santos, no prelo).

A Constituição de 1934 também enfatizou a mudança no tratamento da geração de energia elétrica, contribuindo ainda mais para a centralização e normatização desse assunto. Nesta Constituição, ficou definido que só a União teria competência para legislar sobre águas, energia elétrica e também mineração e metalurgia; o aproveitamento particular desses recursos passou a depender de autorização ou concessão federal (idem).

Na década de 40, o setor elétrico passou a ser inserido no planejamento econômico do país, e neste contexto, em 1946, é criado o Plano Nacional de Eletrificação (PNE). Nesse plano, foram elaboradas diretrizes para a implantação de pequenas e médias usinas, no entanto, o que acabou acontecendo, a partir da década de 1950 foi o surgimento de usinas de grande porte (Reis e Bornholdt, 2001).

Já o Ministério de Minas e Energia só veio a ser criado em 1961 e a Centrais Elétricas Brasileira S.A. (ELETROBRÁS), em 1962. É com a criação da ELETROBRÁS, que tem início a consolidação do controle centralizado do poder federal sobre os recursos hídricos, mais efetivamente em 1967 com a formulação de uma política energética nacional. Desta forma, até a década de 70, não havia nenhuma normatização mais rigorosa (Santos, no prelo).

A preocupação com os impactos ocasionados por estes projetos surge primeiro em relação ao meio-ambiente, a partir de exigências feitas por órgãos financiadores externos. O Banco Mundial (BID) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD), após a Conferência de Estocolmo na Organização das Nações Unidas (ONU) sobre meio ambiente

em 1972, passaram a exigir estudos ambientais para liberar financiamentos. Com relação aos reassentamento das populações afetadas, somente em 1980 aparecem exigências relacionadas a essa questão. Dessa forma, é somente a partir da década de 80 que os assuntos sócio-ambientais passam a fazer parte dos planejamentos de empreendimentos do setor elétrico.

A legislação sobre esse assunto é instituída em 1981 com a Política Nacional de Meio Ambiente (Lei nº 6.938 de 31/08/1981). A partir dessa lei, foi criado o Sistema Nacional de Meio Ambiente que tem como órgão superior, o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). O CONAMA passou a regularizar as atividades que poderiam ser prejudiciais, principalmente ao meio-ambiente, mas também às populações locais. Com essa lei, ficou determinado que deveria haver uma avaliação dos impactos ambientais dos aproveitamentos hidrelétricos antes da liberação das licenças necessárias para a construção da obra. O CONAMA, através da resolução nº 001/86, definiu os instrumentos que iriam regularizar esta disposição: o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), conhecido como EIA/RIMA. Apesar do avanço, várias críticas ainda são feitas a esses instrumentos, entre outras, a utilização das noções de *impacto direto e indireto* dos empreendimentos hidrelétricos sobre as populações locais (idem).

O oeste paranaense

A região oeste do estado do Paraná passou por diversos fluxos migratórios no decorrer de sua história. No final do século XIX, duas empresas, a Companhia Mate Laranjeira, no lado brasileiro e La Industrial Paraguaya, no lado paraguaio, que exploravam erva-mate, mantendo conjuntamente o monopólio dessa cultura na região, foram responsáveis por um dos primeiros fluxos de imigração (Almeida, 1995, s/p).

Já nas décadas de 40 e 50, com a decadência da cultura da erva-mate, a extração de madeira passou a ser a principal atividade econômica e a região começou a ser sistematicamente invadida por colonos. A extração de madeira foi abrindo espaço para o cultivo de hortelã, culturas de subsistências e suinocultura. Nessa época, houve dois fluxos migratórios, um vindo do sul do país, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com descendentes de alemães e italianos e outro do nordeste brasileiro, especialmente capixabas e mineiros (Germani, 1982). Durante as décadas de 1960 e 1970 um novo modelo de exploração foi estabelecido na região, as pequenas propriedades rurais quase não existem mais, e em seus lugares surgiram as grandes agro-indústrias, propriedades rurais de agricultura extensiva, em muitos casos a soja; que possuem um avançado sistema de lavoura mecanizada. Assim, a

região que foi em um determinado período ocupada de forma “fracionada”; passou por uma transformação na sua estrutura fundiária, onde diversas propriedades de pequeno e médio porte foram aglutinadas, levando a concentração de terras (idem).

Breve Histórico da Usina Hidrelétrica de Itaipu

A usina hidrelétrica de Itaipu é resultado do aproveitamento hidrelétrico do Salto de Sete Quedas, localizado no rio Paraná, que faz a divisa do Brasil e Paraguai. Em 26 de abril de 1973, após acordo feito entre os dois países, foi criada uma empresa binacional, a Itaipu Binacional; que ficou responsável pelo gerenciamento, produção e comercialização da energia produzida pela usina.

As obras da usina iniciaram em 1974, mas os estudos de aproveitamento hidrelétrico do Salto de Sete Quedas, ou Salto Del Guairá como era conhecido no Paraguai, já vinham sendo feitos desde o início do século XX (Benetta, no prelo).

Segundo Cotrim, o primeiro estudo do aproveitamento do potencial hidrelétrico do Salto, aconteceu em 1908. Os deputados Vitor Ferreira do Amaral (PR) e Manuel Bonfim (SE) propuseram para a “Ementa nº 149 ao projeto de despesa do MIVOP de 1908” um projeto denominado “Aproveitamento da força hidráulica de Sete Quedas e Urubupungá”, que acabou sendo retirado da ementa, pela “Comissão de Finanças da Câmara” por considerar que “o Congresso não deveria autorizar o Governo a alienar as forças hidráulicas sem que fossem especificadas as condições e as cautelas necessárias” (Cotrim, 1999, p.121).

Somente muitos anos depois, é que as propostas do aproveitamento hidrelétrico do Salto de Sete Quedas ficaram mais consistentes. Em 1950, no governo do Marechal Eurico Gaspar Dutra, ressurgiu a idéia de aproveitar o potencial de Sete Quedas e criar um “grande centro de exportação de energia para os países vizinhos” (op.cit., p.17). Toda a discussão sobre o assunto estava baseada, em uma (falsa) noção muito difundida na época, de que a presença de hidrelétricas no interior prenderia o homem no campo, além de trazer desenvolvimento para a região. “A experiência mundial, no entanto, sempre demonstrou que a falta de energia pode afugentar indústrias, mas que a sua simples existência não as atrai...” (idem).

O governo seguinte, de Jucelino Kubitschek, década de 1960, tinha como lema “avançar 50 anos em 5”. Um projeto como o da usina hidrelétrica de Itaipu era compatível com a política de desenvolvimento proposta por esse governo. Na época, foi requisitado um estudo para o aproveitamento hidrelétrico do Salto de Sete Quedas, que só ficou pronto no

governo seguinte, de João Goulart. Goulart, junto com o presidente do Paraguai, na época Alfredo Stroessner, concordaram que as águas da região fronteira só poderiam ser utilizadas em comum acordo entre os países. Porém, a viabilidade do projeto seria comprometida, por questões políticas. O governo Goulart estava sendo classificado como tendo tendências de “esquerda”. O que o levou a receber muitas críticas de seus opositores. O projeto de se construir uma usina desse porte foi classificado, por um dos jornais da época⁴, como “Utopia e Demagogia”, e a proposta do aproveitamento do Salto de Sete Quedas foi tratada como uma “idéia transloucada” (Germani, 1982, p.19).

Também a localização geográfica da obra apresentava problemas. O rio Paraná sendo um rio contíguo a dois países, ou seja, faz a divisa entre Brasil e Paraguai e sucessivo a outro, a Argentina, também suscitou problemas de caráter político. Germani destaca:

Os aspectos mencionados indicam que todas as negociações posteriores, em relação à construção de uma usina hidrelétrica, iriam se dar fundamentalmente no plano político, e foi o que se deu, embora elas tenham assumido características jurídicas (direito internacional, discussões na ONU, violação de limites, etc.) e técnicas (número de turbinas, altura da barragem). O que estava em jogo na realidade não era apenas o potencial hidrelétrico do rio, mas também, e principalmente, o que está do outro lado do rio, isto é, o Paraguai, e o que ele representa. E toda discussão se caracterizou como uma nítida disputa entre a Argentina e Brasil pelo domínio do Paraguai, questão antiga intrinsecamente ligada à hegemonia no cone sul (Germani, 1982, p.20).

A mudança de regime político no Brasil, em 1964, adiou o projeto de aproveitamento do potencial hidrelétrico do Salto de Sete Quedas por alguns anos. Somente em 22 de junho de 1966, Brasil e Paraguai assinaram a “Ata das Cataratas” ou “Ata de Iguazu”, que determinava que os dois países fizessem em conjunto um levantamento das condições hidrelétricas do Salto (Germani, 1982, p.21).

Após a assinatura da “Ata de Iguazu”, um consórcio, formado pela *Internacional Engineering Company Inc* dos Estados Unidos e a *ELC–Eletroconsult SPA* da Itália, foi contratado para fazer o estudo de viabilidade da usina em 1967. Um primeiro resultado do estudo, foi a constatação de dez pontos possíveis para a construção de uma usina no rio Paraná, entre as cidades de Guaíra e Foz do Iguazu. Em 1972, o consórcio apresentou duas possibilidades, uma barragem maior no município de Foz do Iguazu; ou duas menores, uma nesse mesmo município e outra no município de Santa Maria. A primeira opção foi a escolhida e em 26 de abril de 1973, foi assinado o “Tratado de Criação de Itaipu”, pelos presidentes do Paraguai, Alfredo Stroessner e do Brasil, Emílio Garrastazu Médici. Conforme seu Artigo I:

⁴ Conforme Germani, 1982, p.19, Jornal do Brasil de 22/01/64.

As altas partes contratantes convêm em realizar em comum e de acordo com o previsto no presente Tratado e seus anexos, o aproveitamento hidrelétrico dos recursos hídricos do Rio Paraná, pertencentes em *condomínio* aos dois países, desde e inclusive o Salto Grande de Sete Quedas ou Salto de Guaíra até a foz do Rio Iguaçu.

Com a assinatura desse Tratado, foi criada a entidade Itaipu Binacional, que tinha como finalidade o aproveitamento hidrelétrico do rio Paraná.

O Artigo III do Tratado diz:

As altas partes contratantes criam, em igualdade de direitos e obrigações, uma entidade binacional denominada Itaipu, com a finalidade de realizar o aproveitamento hidrelétrico a que se refere o Artigo I.

Parágrafo 1º – A Itaipu será constituída pela Eletrobrás e pela Ande, com igual participação no capital, e reger-se-á pelas normas estabelecidas no presente Tratado, no Estatuto que constitui seu anexo A e nos demais anexos.

Parágrafo 2º – O estatuto e os demais anexos poderão ser modificados de comum acordo pelos dois Governos.

Como destaca o parágrafo 2º do Artigo III desse Tratado, a direção da Itaipu ficou composta pela Centrais Elétricas do Brasil S/A (ELETROBRÁS), uma sociedade de economia mista do Brasil e pela ANDE (Administración Nacional de Eletricidad), entidade autárquica do Paraguai. A sede brasileira está localizada em Brasília e a paraguaia em Assunção.

O Artigo V, do mesmo Tratado, ressalta a concessão do aproveitamento hidrelétrico do rio Paraná:

As altas partes contratantes outorgam concessão à Itaipu para realizar, durante a vigência do presente Tratado, o aproveitamento hidrelétrico do trecho do Rio Paraná referido no Artigo I.

Com relação à energia a ser produzida, o Artigo XIII determina a divisão em partes iguais entre os dois países.

No que se refere ao capital necessário para o empreendimento, como nenhum dos dois países possuía todo o capital a ser integralizado, foi necessário buscar um empréstimo externo, ficando o Brasil responsável pelas negociações. Os recursos orçados, naquele momento, somavam 100 milhões de dólares e foram obtidos junto aos Estados Unidos por intermédio do Banco Mundial (Estatuto da Itaipu Artigo 6º). Só a partir desse empréstimo é que as obras puderam ser iniciadas.

Como visto anteriormente, a usina hidrelétrica de Itaipu foi construída no rio Paraná. No lado brasileiro, está situada em Foz do Iguaçu e, no lado paraguaio, em Hermandades.

Com base no site da empresa Itaipu Binacional⁵, podemos ter uma idéia da grandiosidade da obra – que é ressaltada a todo momento, a partir de comparações do tipo: o volume de concreto utilizado é suficiente para construir 210 estádios de futebol como o do Maracanã, no Rio de Janeiro. Além dessas comparações, também são ressaltadas a grandiosidade da potência instalada e a produção de energia elétrica da usina.

A hidrelétrica possui 18 unidades geradoras com 700 MW de capacidade cada, totalizando 12.600 MW de potência instalada. O total acumulado da produção até o dia 7 de junho de 2001 era de um bilhão de megawatts-hora (MWh) (Benetta, no prelo).

O orçamento anual da empresa é de aproximadamente US\$ 2,2 bilhões, é utilizado no pagamento das despesas, entre elas os *royalties* pagos ao Brasil e Paraguai, como compensação pela utilização do potencial hídrico do rio Paraná. Esse pagamento foi previsto no “Tratado de Itaipu em seu anexo C”. No Brasil, a forma de distribuição desse recurso foi definida pelo Decreto Federal nº 1 de 11/01/91, que ficou conhecido como *Lei dos Royalties* (*idem*).

A Itaipu Binacional desde 1991, quando a *Lei de Royalties* foi decretada, até fevereiro de 2002, já pagou US\$ 1.724.395,02 em *royalties*. Recebem o recurso os governos dos estados do Paraná e Mato Grosso do Sul e os municípios atingidos com a formação do Reservatório (Royalties, 2002)⁶.

Considerando a capacidade de geração da usina, seu lago é de pequenas proporções, tem 170 km de extensão e 1.350 km² de área. Vários município do estado do Paraná e um do Mato Grosso do Sul foram atingidos: Foz do Iguaçu, Guaíra, Terra Roxa, Marechal Cândido Rondon, Santa Helena, Matelândia, Medianeira, São Miguel do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu, Itaipulândia, Missal, Diamante d'Oeste, São José das Palmeiras, Mercedes, Pato Bragado e Entre Rios; no estado do Mato Grosso do Sul o município atingido foi Mundo

⁵ www.itaipu.gov.br

⁶ Royalties pagos pela Itaipu Binacional desde 1991: “Desde a criação da Lei dos Royalties, em 1991, os municípios limieiros já receberam (atualizado até fevereiro de 2002), os seguintes valores: Foz do Iguaçu - US\$ 106,5 milhões; Santa Terezinha de Itaipu - US\$ 22 milhões; São Miguel do Iguaçu – US\$ 60 milhões; Itaipulândia – US\$ 82 milhões; Medianeira - US\$ 612 milhões; Missal - US\$ 21 milhões; Santa Helena - US\$ 139 milhões; Diamante do Oeste - US\$ 2,96 milhões; São José das Palmeiras - US\$ 1,02 mil; Marechal Cândido Rondon - US\$ 36,4 milhões; Mercedes - US\$ 8,8 milhões; Pato Bragado - US\$ 21,5 milhões; Entre Rios do Oeste - US\$ 15 milhões; Terra Roxa - US\$ 834 mil; Guaíra - US\$ 26,9 milhões; e Mundo Novo (MS) - US\$ 7,7 milhões. No período, o governo do Paraná recebeu US\$ 551 milhões e o de Mato Grosso do Sul, US\$ 10,8 milhões” (Royalties, 2002).

Novo (idem)⁷. O início da formação do reservatório aconteceu logo após a construção da barragem, em 13 de outubro de 1982, sendo completado em 14 dias. Nesse processo, cidades, vilas, distritos e terras indígenas foram inundados, obrigando a transferência de aproximadamente 40 mil pessoas e desapropriadas 8.519 propriedades, 6.911 na área rural e 1.606 na urbana (Benetta, no prelo). Dentre essas áreas, estava uma aldeia Guarani.

O total da área foi destinado tanto para a formação do Reservatório e estrutura física da usina, quanto para o estabelecimento da faixa de preservação permanente em cada lado do rio. No lado brasileiro, a faixa de preservação foi delimitada pelo Decreto Federal nº 82.225 de 01/03/79. Tem 2.919 km de comprimento e 900 metros de largura, em média. Onde há reservas e refúgios biológicos (idem).

A transferência da aldeia Guarani resultou em uma série de prejuízos para os indígenas. Um dos motivos foi a ausência de legislação específica, que garantisse minimamente à população afetada seus direitos. Como já citado anteriormente, somente com a criação do CONAMA, mais precisamente em 1986, foram criadas as normas que obrigam os EIA/RIMA.

A partir desse cenário, abordo no próximo capítulo o processo de transferência ao qual foi submetido o grupo Guarani, assim como os seus equívocos e conseqüências.

⁷ Ver Anexo 1

Capítulo 3

O NOVO TEKOKHA

O município de Diamante d'Oeste está situado no extremo oeste paranaense, a 595 km da capital do estado, Curitiba. Foi elevado a município em 1979, até então, fazia parte do município de Matelândia. O clima é subtropical úmido. Nos meses mais quentes a temperatura é superior a 22°C e nos mais frios é inferior a 18°C⁸. Sua área é de 293,2 km², apresentando topografia acidentada. Além da sede, o município possui várias vilas rurais e hoje, uma área indígena. Faz divisas com os municípios, ao norte São José das Palmeiras, ao sul Ramilândia, ao leste Vera Cruz do Oeste e ao oeste Santa Helena e Missal⁹. Possui 4.840 habitantes, 2.285 na área urbana e 2.555 na área rural. É uma população formada por descendentes de alemães, italianos, japoneses e africanos. No discurso dos moradores, é recorrente a inclusão de “nortistas” na formação da população, sendo considerados “nortistas” tanto pessoas vindas do norte e nordeste do país como de Minas Gerais. Com a instalação da TI, somou-se ao total dos habitantes mais 128 pessoas.

A economia do município é baseada, principalmente, na agricultura. Cultivam milho, algodão, trigo, soja, feijão, mandioca, predominando médios e pequenos produtores, com 4.100 ha de área cultivada. Além da agricultura, a criação de bovinos e de suínos é uma atividade importante no município. O comércio é constituído de pequenos estabelecimentos, que suprem as necessidades locais. Possui um hospital, dois postos de saúde e escolas estadual e municipal.

No mesmo ano que os indígenas chegaram ao município, um grupo de agricultores do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) foi assentado no município vizinho, Ramilândia. O assentamento fica no limite entre os dois municípios e faz divisa com a TI. O relacionamento dos dois grupos é bom, segundo o atual cacique: “Sem Terra com o índio é sempre a mesma luta, sempre tinha o mesmo sofrimento”.

⁸ Moradores do município comentam que depois que o lago da Itaipu foi formado, o clima da cidade mudou muito, ficando muito mais quente no verão. Alguns atribuem o aumento de calor à evaporação do lago, que estaria tornando o ambiente mais “abafado”. Em entrevista, João Zehnpfennig, Superintendente do Departamento de Meio Ambiente da Itaipu Binacional, assegurou que a mudança climática ocasionada pela formação do lago é muito pequena, um dos maiores determinantes, para a mudança, foi o intenso desmatamento por qual o estado passou, ao longo dos anos, especialmente na região oeste.

⁹ Ver Anexo 2

A transferência de uma parte do grupo indígena da TI Ocoí para o município de Diamante d'Oeste, apesar de ter sido resultado das reivindicações do próprio grupo, apresentou nos três primeiros anos algumas características dos reassentamentos involuntários, como "desarticulação das redes sociais existentes no local de origem; (...) diferenças ecológicas existentes entre o habitat de origem e o novo local; (...) expectativas que os diferentes atores (empresas construtoras, reassentados e mediadores) têm com relação ao reassentamento; (...) alteração da condição inicial da população; (...) convivência de grupos com tradições culturais diversas" (Nacke, 1998). Fato que observei, quanto me propus a verificar como estava a situação atual do grupo que foi transferido para a nova área. A situação hoje, parece bastante favorável aos Guarani, porém, é uma tentativa de solucionar os problemas que o reassentamento causou.

TI *Tekoha Añetete*: os três primeiros anos

A TI só tem uma divisa por terra, com o município de Ramilândia, as outras divisas são feitas por dois rios, São Francisco Falso e São Domingos. Como já mencionei anteriormente, a área era uma antiga fazenda de criação de búfalo e gado. Como o município, apresenta topografia acidentada. Parte da área é coberta por mata e quando foi adquirida possuía 40% de terra agricultável¹⁰. Em 18 de abril de 1997, aproximadamente um mês após a compra da terra, 32 famílias Guarani, totalizando, aproximadamente 160 pessoas, foram transferidas para o novo local. Destas 21 estavam em Paraná-Porã (Refúgio Ecológico Bela Vista) e 11 encontravam-se na TI *Ocoí*¹¹ (Almeida, 1997, s/p)¹².

A transferência foi acompanhada pelo antropólogo Rubem T. de Almeida, por alguns funcionários da Itaipu Binacional e pelo chefe do Posto Indígena da TI Ocoí. Os Guarani foram de ônibus, seus pertences foram transportados em caminhões e uma camioneta foi utilizada para levar alguns animais, "cena" que as crianças da escola rural da Vila Ponte Nova, que faz divisa com a TI, não esqueceram. O transporte foi fornecido pela Itaipu Binacional¹³.

Segundo João Zehnpfennig, atual Superintendente do Departamento de Meio Ambiente da Itaipu Binacional, após a compra da terra, uma reunião foi realizada com a

¹⁰ Informações obtidas com o Superintendente do Departamento de Meio Ambiente da Itaipu Binacional em 1994, Gilberto Valente Canali, em entrevista feita em janeiro de 2002.

¹¹ Segundo o Cacique, João Alves, dias antes da transferência, o antropólogo Rubem T. de Almeida e alguns indígenas saíram pela TI *Ocoí*, fazendo uma lista das famílias que queriam ir para a nova área.

¹² Ver Anexo 3

¹³ Informações obtidas com o atual Superintendente de Meio Ambiente da Itaipu, João Zehnpfennig.

presença de representantes da Itaipu Binacional, da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), da Assessoria de Assuntos Indígenas do Estado do Paraná e do antropólogo Rubem T. de Almeida, onde ficou acordado o fim da responsabilidade da empresa com relação aos Guarani. Contudo, ficou determinado que a Binacional teria que apoiar a FUNAI economicamente, no período de adaptação da comunidade. Em consequência, foi celebrado um convênio entre as duas entidades, que resultou no “Programa Transitório de Apoio à Comunidade Avá-Guarani do *Tekoha Añetete*”, que tinha o objetivo de consolidar a ocupação das novas terras (ISA, 2000, p. 806). Neste convênio, a Itaipu Binacional repassou para a FUNAI US\$ 56.000¹⁴, que foram utilizados na compra de material de construção para as casas, equipamentos agrícolas, sementes, pagamento de horas de trator para o preparo do solo, cestas básicas para seis meses e medicamentos. A Binacional acompanhou o processo por seis meses e depois disso considerou encerradas suas responsabilidades com o grupo indígena.

Entre a compra e a transferência das famílias Guarani para a nova área, só havia passado um mês. Um dos motivos dessa urgência era a pressão que o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) exercia sobre a Itaipu Binacional para retirar os Guarani do Refúgio Bela Vista. Evidentemente, esse curto espaço de tempo, inviabilizou a preparação prévia do local. As consequências, de um processo de transferência realizado dessa forma, são apontadas pela literatura sobre *grandes projetos* como extremamente prejudicial para o grupo que está sendo reassentado e para a comunidade que o está recebendo. Com os Avá-Guarani não foi diferente.

Ao chegarem, a primeira iniciativa foi construir barracas de lonas, fornecidas pela Itaipu Binacional. Ficaram todos juntos, nessas barracas, por três dias. Depois de instalados, foram procurar locais adequados para a construção das casas ‘definitivas’¹⁵. A escolha dos locais levou em consideração a existência de água para o consumo e em vários casos a relação de parentesco: *‘Procuramo um lugar onde tem água pra fazer casa. Por que aonde não tem água, também não dá pra fazer casa’* (João Alves, cacique atual).

Os três primeiros anos na nova TI, foram marcados por muitas dificuldades decorrentes da falta de planejamento e preparação prévios ao reassentamento.

Nesse sentido, a primeira consequência observada, foi a diferença ecológica com relação ao antigo habitat. Nos primeiros meses, cada família fez sua própria roça de forma

¹⁴ Nesta época, o câmbio da moeda nacional estava praticamente um para um em relação ao dólar.

¹⁵ Destaco o termo ‘definitiva’, por ser costume desse grupo mudar suas casas de lugar com certa frequência.

tradicional, sem a utilização de máquinas para o preparo do solo. Plantaram mandioca, batata-doce e milho¹⁶. Mas as condições do solo, até então destinado à criação de animais, dificultou a produção agrícola. Surgiram problemas como a fertilidade da terra e a existência de culturas de difícil erradicação¹⁷, especialmente sem o uso continuado de agrotóxico, produto que os Guarani não estão utilizando.

Frente às dificuldades, para a safra de setembro de 1997, a FUNAI contratou um trator que preparou 1ha de solo para cada família. Também esta safra não obteve resultados positivos. Segundo João Alves, os motivos foram basicamente os mesmos citados anteriormente. As tentativas continuaram a cada safra. No ano seguinte, a prefeitura de Diamante d'Oeste participou do processo, preparando o solo para o plantio mecanicamente e a FUNAI forneceu as sementes. O resultado novamente não foi satisfatório. Fica evidente que as diferenças ecológicas atuaram neste processo, fazendo a comunidade indígena sofrer durante três anos. Segundo José Maria Dias, Secretário de Agricultura de Meio Ambiente do município, a falta de acompanhamento continuado dos trabalhos realizados pelos indígenas - especialmente por parte da FUNAI - somada aos problemas físicos da área e em alguns casos até as condições climáticas, foram os fatores que levaram ao fracasso os empreendimentos agrícolas. Em 1999, a produção foi melhor, mas ainda insuficiente para garantir a subsistência do grupo.

Nos primeiros anos na nova terra, os indígenas chegaram a passar fome. Para superar as dificuldades, alguns foram várias vezes ao aterro sanitário da cidade em busca de alimentos e algumas mulheres e crianças iam à cidade pedir alimentos de casa em casa. Estratégias já conhecidas da comunidade, pois também eram utilizados na TI Ocoí para suprir as necessidades causadas pela falta de estrutura daquele local. Isso mostra que os antigos problemas na verdade não tinham sido resolvidos, somente tinham mudado de endereço. A compra da terra, portanto, não configurou a superação da situação a que tinham sido submetidos após a construção da usina. Claramente pode-se ver que muitos outros fatores têm que ser observados nos casos de reassentamentos ocasionados pela construção de um GP. Cernea (1995), após verificar que uma das principais conseqüências do reassentamento involuntário, ocasionados por GP, é o empobrecimento, propôs que em projetos dessa natureza, deve haver um "plano de reassentamento", que privilegie o planejamento prévio do reassentamento e o acompanhamento e apoio na adaptação às novas condições.

No reassentamento deste grupo, pode-se verificar algumas das conseqüências de um GP que não leva em consideração as questões sociais, como a *externalidade* (Drumond, 1995), ou seja, o prejuízo que o acordo entre duas partes causa a uma terceira que não participou da elaboração do projeto. A ida ao aterro sanitário em busca de alimentos e a mendicância foram decorrentes da falta de planejamento e investimentos anteriores ao próprio processo de reassentamento. Questões que ocasionaram efeitos deletérios também à

¹⁶ Informação obtida com João Alves, em entrevista realizada em fevereiro de 2002.

¹⁷ Culturas destinadas à alimentação dos animais que eram criados na antiga fazenda, como o capim colonial.

comunidade que recebeu o grupo indígena, o que a bibliografia sobre o assunto classificou como *perturbações laterais* (Antonaz, 1996), conseqüências negativas que modificam o cotidiano da população que recebe o grupo reassentado. As reclamações da população do município, junto à prefeitura, eram constantes.

Quando os Guarani foram questionados sobre os problemas que estavam surgindo, deixaram claro que eram problemas desencadeados por iniciativas externas ao grupo e que para solucioná-los era necessário a união de esforços dos vários atores sociais envolvidos: “*Se você não gosta, não quer mais índio pedindo, então ajuda. Tem que dá ajuda pra nós, senão não tem jeito. Senão o povo vai continuar pedindo e o branco vai reclamar*” (João Alves, cacique).

O relato do cacique deixa evidente que não estavam passivos diante da situação e sabiam muito bem que esses eram problemas que extrapolavam as iniciativas internas. Vários outros relatos mostraram a situação difícil que passaram na época, um deles foi o de um pai que quase perdeu seu filho mais novo por causa da fome. Na época, muitos pensaram em ir embora e alguns efetivamente foram. Foram para outras TIs como Laranjeiras, Mangueirinha e Ocoí em busca de uma situação melhor.

Segundo Cernea (1995, p.231), “la característica fundamental del desalojo *obligatorio* es que desencadena un profundo y repentino desgarramiento de los modelos existentes de organización social”. Quando o deslocamento é involuntário, o sistema de produção se desestrutura, as redes sociais que proporcionam ajuda mútua são desarticuladas, enfim acabam as ligações comerciais entre produtores e consumidores, perde-se o mercado local de mão-de-obra e as associações acabam devido a migração repentina. “El efecto acumulativo de todos estos procesos es lo que constiuye el desgarramiento del tejido social” (p. 232).

No caso desse grupo Guarani, as antigas redes sociais que tinham na TI Ocoí, como o trabalho assalariado em plantações de colonos, a venda de artesanato, o convívio com a população envolvente, as compras no comércio local, etc. tinham sido desarticuladas. Novas redes sociais tiveram que ser construídas, configurando uma situação tensa, que exigiu grande investimento por parte dos atores envolvidos no processo. Uma das estratégias que utilizaram para ultrapassar os problemas que estavam passando, foi trabalhar como assalariados na lavoura de algodão de agricultores vizinhos.

Além do trabalho assalariado, outras soluções emergenciais surgiram, na época em que estavam passando dificuldades, entre elas a realização de uma campanha de arrecadação de alimentos e roupas por iniciativa da Igreja Católica. A aposentadoria de alguns indígenas foi uma outra forma de contornar a situação. No final de 1998, a prefeitura fez um cadastramento das famílias indígenas, que passaram a ser assistidas por um programa federal de cestas básicas da

Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), até agosto de 2001 ainda estavam recebendo as cestas.

Durante esse período, as lideranças indígenas continuamente buscaram apoio junto a entidades como FUNAI, Binacional e Prefeitura Municipal. As demandas eram diversas, desde apoio para a agricultura, até auxílios em comida e roupas. Junto a prefeitura, na época, receberam auxílio nos assuntos relacionados à saúde, além da participação já citada. Em 1999, foram até a Administração Regional da FUNAI, no município de Guarapuava e lá, conseguiram três mil litros de óleo diesel para os tratores prepararem a terra. Segundo o cacique, o óleo não foi suficiente para todos, muito menos resolveu os problemas que estavam enfrentando. As idas à Itaipu Binacional não deram resultados imediatos, pois a empresa já havia declarado que os problemas apresentados pela comunidade indígena eram responsabilidade da FUNAI. Ainda neste ano, foram, com recursos obtidos junto a prefeitura municipal, até a FUNAI em Brasília. Lá, a informação que receberam foi que todas as demandas deveriam ser encaminhadas primeiro as ADRs, que posteriormente as encaminhariam para Brasília. Algum tempo depois, mas neste mesmo ano, um representante do órgão foi à TI Ocoí, onde entrou em contato com os problemas existentes na TI *Tekoha Añetete*. Nesta TI, em reunião com a comunidade, a situação foi exposta e declaradas as reivindicações do grupo. Dentre elas, estava principalmente o apoio à atividade agrícola, como a contratação de máquinas para o preparo do solo, combustível para as máquinas e sementes, além de apoio para a criação de animais como porcos e gado. O resultado da reunião foi registrado em um documento, posteriormente entregue pelo representante da FUNAI à Itaipu¹⁸.

Esse conjunto de iniciativas, somados a reivindicações do município¹⁹, acabaram pressionando a Itaipu Binacional, que no final de 1999, voltou a atuar junto à comunidade indígena.

A partir desse momento, foram realizadas várias reuniões, com o objetivo de definir um plano de apoio para a comunidade. Participaram dessas reuniões representantes dos indígenas, da prefeitura municipal e da Itaipu Binacional. A empresa, logo no início, deixou clara a sua posição, só participaria de projetos que estivessem relacionados a sustentabilidade do grupo, mais precisamente a agricultura e a criação de animais. Para a prefeitura de Diamante d'Oeste, a expectativa era de que esse apoio poderia resolver antigos problemas,

¹⁸ Informações obtidas com o cacique.

¹⁹ Informação obtida com João Zehnpfennig, Superintendente de Meio Ambiente da Binacional.

como a ida dos indígenas ao lixão e a mendicância, por exemplo. Com esse objetivo, Itaipu Binacional e a Prefeitura Municipal firmaram uma parceria.

Um dos aspectos positivos de todo processo que o grupo indígena passou, foi a iniciativa de contratar um antropólogo para analisar a situação que vinham passando. Almeida fez uma série de recomendações, tanto no laudo quanto no relatório final que produziu. Recomendações que só passaram a ser observadas nessa nova fase do reassentamento.

Segundo Dias, Secretário de Agricultura e Meio Ambiente do município, as propostas de projetos que a Itaipu Binacional e a Prefeitura estão fazendo para o grupo indígena, estão seguindo as recomendações do antropólogo: *“Qualquer programa de trabalho deve, necessariamente, passar por um ‘ñemboro’y’, um tempo guarani de maturação de idéias, para que possa ser correspondido e apresente resultados”* (Almeida, 1997, s/p). Assim, num primeiro momento, as discussões são feitas entre as entidades que vão participar do projeto e as lideranças indígenas. Após essa discussão, as lideranças levam as propostas para a comunidade. As discussões na comunidade são feitas geralmente aos sábados, quando se reúnem na *Opy*²⁰, para dançar e orar. Somente após esse processo, é que uma nova reunião com as entidades envolvidas é feita, onde comunicam a vontade do grupo. A partir daí, evidentemente, inicia-se uma série de negociações, até chegarem a um consenso. Esse procedimento pode ser constatado no depoimento de Dias:

... nada sem eles. Por que já aconteceu da Itaipu trazer alguma coisa, as vezes nós, sem conversar, e não andar muito. Então hoje é tudo com eles, onde eles querem plantar, o que eles querem, onde eles querem colocar a escola, a estrada do jeito que eles querem que faz, onde vai ser os animais silvestres. Tudo é eles que decide, conjunto eles, os grupos organizados, pajé, cacique e as mulheres. Aí eles levam pras mulheres, se organizam, conversam, depois trazem a resposta pra nós. [...] Então sempre assim, sempre deixando com que a cultura deles ... ou eles se organizem, que eles queiram fazer ... ou escutar a idéia deles. Então sempre levando pra eles, nada chegando ...

Assim, o primeiro passo foi dar continuidade ao que já estava sendo desenvolvido, a FUNAI forneceu alguns litros de óleo combustível e parte das sementes, a Itaipu, outra parte das sementes e o pagamento de horas de uso de um trator e a prefeitura o tratorista²¹. Nessa primeira tentativa, já puderam perceber alguns resultados positivos, mas algumas das antigas dificuldades persistiram.

²⁰ *Opy* é a “casa de reza” dos Guarani.

²¹ Informações obtidas com João Zehnpfennig, Superintendente do Departamento de Meio Ambiente da Itaipu Binacional.

Para superar os problemas, em 2000, indígenas, representantes da prefeitura e da Itaipu Binacional elaboraram um “projeto emergencial”²². Onde, privilegiaram a agricultura e a criação de animais.



Foto 1

Vista parcial do tekoha lado norte.

Nesta foto, é possível observar a estrada de acesso à TI e, ao fundo, o posto de saúde e a escola.

TI *Tekoha Añetete*: uma nova tentativa

Hoje a situação no *Tekoha Añetete* está bem diferente. A população atual é de 128 pessoas, 59 delas crianças²³. Das trinta e duas famílias nucleares que foram para Diamante d'Oeste, permanecem na área 24. Vários motivos levaram a saída dessas famílias, entre eles estão as dificuldades dos primeiros anos e as visitas freqüentes que fazem a parentes que moram em outras TIs, como Laranjeiras, Guarapuava, Ocoí.

Além das 24 famílias, quatro pessoas moram sozinhas, todas idosas. Apesar da idade, três com mais de 80 anos e uma com 59 anos, todas possuem uma roça e criam animais de pequeno porte. Quando é necessário, os parentes ajudam no trabalho da lavoura e na criação dos animais.

Até julho de 2001, havia na TI dez aposentados, representando quase 8% do grupo. O pagamento das aposentadorias é feito na sede do município. Um comerciante de Vila Bonita, uma das vilas rurais da cidade que fica a 5 km da TI, oferece, mediante pagamento, o

²² *Projeto Emergencial de Atendimento à Reserva Indígena Tekoha Añetete de Diamante d'Oeste.*

²³ Os dados sobre a demografia da TI foram obtidos junto ao Posto de Saúde em 2001. O censo foi desenvolvido pelos funcionários do Posto no mesmo ano.

transporte até a agência bancária. Após receberem, geralmente os aposentados fazem suas compras no estabelecimento do mesmo comerciante.

As famílias e as pessoas independentes²⁴ construíram suas casas ao longo da estrada que circunda a área.

As casas Guarani (*oga*) são formadas por duas construções, uma delas é a parte íntima, onde dormem; a outra é a parte pública, onde a família se socializa (ver foto 4). Nesta parte, fazem uma fogueira ao centro, que pode ser utilizada para cozinhar, aquecer-se no inverno etc. (ver foto 2). Tradicionalmente, utilizam para a construção das casas recursos naturais como troncos de árvores, folhas de palmeira, sapé, etc. (Almeida, 1997). Os telhados são feitos de sapé, especialmente na parte onde é feito o fogo, para que a fumaça da fogueira não os sufoque (Nardon, 2001, p.33) (ver foto 5). Mas é no lado de fora das *oga*, no *oká* (pátio) que os Guarani geralmente recebem suas visitas, especialmente os não-Guarani. O *oká* tem forma circular, em geral não tem vegetação e é delimitado por algumas árvores frutíferas.

Uma das primeiras *oga* que se vê ao chegar à aldeia, é a do cacique. Próximo a ela ficam a Escola e o Posto de Saúde, formando uma espécie de núcleo social. Não existe um padrão na construção das moradias. Isso por que, a estrutura da antiga fazenda foi em parte reaproveitada pelos Guarani. Algumas das construções foram desfeitas para que novas casas fossem construídas, outras foram utilizadas como estavam. Assim, pode-se encontrar na TI, vários tipos de construções, desde casas que utilizam troncos de madeira cobertas, tanto paredes como telhado, com sapé, casas refeitas, ou mesmo estruturas transformadas em habitações. Numa dessas casas, a família utilizou a estrutura de concreto e o telhado de amianto de um antigo galpão para construir sua casa, fechando-a com troncos de árvores. Essa foi a única, que vi tendo uma única construção, mesmo assim, em seu interior, havia a divisão que separa a “cozinha” da parte íntima da casa.

²⁴ Estou considerando pessoas independentes, as quatro que moram sozinhas.



Foto 2
Moradia onde foi utilizada a estrutura de concreto e o telhado de amianto para a construção de uma nova *oga*
Foto: Zeila Costa, 2001



Foto 3
Nessa casa, pode-se perceber as duas construções que formam as moradias Guarani. Na parte menor, é onde fazem a fogueira. Essa é uma das casas que foi feita com uma parte do material das antigas casas da fazenda que foram desmanchadas.
Foto: Zeila Costa, 2001



Foto 4
Casa Guarani tradicional com teto e paredes feitos de sapé.
Foto: Zeila Costa, 2001.

A ocupação que fizeram do espaço formou quatro núcleos familiares. Cada família plantou ao redor de sua casa árvores frutíferas laranja, pêsego e ameixa, cujas mudas foram fornecidas pela Itaipu Binacional. As geadas de 2000 e 2001, praticamente acabaram com as plantas. Segundo, João Zehnpfennig, em 2002, a Itaipu Binacional adquiriu novo lote de mudas de frutíferas. Dessa vez, a Itaipu propôs que fosse feito um tipo de plantio diferente, ao invés de plantarem as árvores em volta das casas, a idéia é fazer quatro ou cinco pomares que “grupos familiares”²⁵ cuidarão. O objetivo dessa nova forma de produção, em pomares, é possibilitar um melhor domínio da plantação e maior acompanhamento por parte dos órgãos envolvidos. A proposta foi apresentada aos Guarani, que aceitaram desenvolvê-la.

Algumas moradias, que ficaram perto da rede de energia elétrica que havia na fazenda, possuem luz elétrica. A conta de luz é paga com recursos repassados pela prefeitura. Nessas casas, pode-se encontrar aparelhos de som e televisores.

A estrada de 23,3 km que circunda a TI recebeu, em 2001, melhorias. Os recursos vieram da Itaipu Binacional e do município. A melhoria foi necessária para facilitar o trânsito no combate a incêndios florestais e servir de barreira contra focos de incêndio que possam vir a aparecer²⁶. A necessidade de se adequar a estrada para esse fim surgiu em 1999, quando

²⁵ Os “grupos familiares” fazem parte de uma nova iniciativa implantada na TI para a safra 2000/2001, os abordarei com maiores detalhes mais adiante.

²⁶ Conforme Ordem de Serviço – OSE/CI - Diamante d'Oeste-001/2001 da Itaipu Binacional.

aconteceu um grande incêndio na TI, que durou cinco dias e atingiu 500 ha de área. Em 2000, houve um novo princípio de incêndio, onde dez hectares foram atingidos. Além da melhoria feita na estrada, para precaverem-se de nova ameaça, a comunidade, com o apoio da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, está fazendo aceiros em volta das áreas que irão ser preparadas para o cultivo²⁷. As iniciativas estão dando resultados positivos, pois até hoje, não houve mais nenhum foco de incêndio na TI.

Mas as mudanças foram além da demografia e da estrutura física. A partir de 2000, algumas reivindicações dos indígenas começaram a ser atendidas. Alguns dos atores sociais que estavam envolvidos no processo de transferência passaram a elaborar projetos voltados para a subsistência, para a saúde e para a educação escolar do grupo. Com um trabalho mais sistematizado, especialmente nos projetos voltados para a subsistência, os resultados estão sendo melhores e a “qualidade de vida” do grupo melhorou.

Dentre os atores sociais envolvidos estão a própria comunidade indígena, a Itaipu Binacional, a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), a Universidade Federal do Paraná (UFPr), a Universidade de Maringá e Londrina, a prefeitura municipal de Diamante d'Oeste.

A participação da FUNAI nos projetos que estão sendo desenvolvidos na TI é limitada, basicamente está restrita a uma pequena intervenção nos projetos de subsistência desenvolvidos até 2001. Com relação ao atendimento prestado pelo órgão, o grupo ainda é atendido precariamente pelo Posto da FUNAI instalado na TI Ocoí.

Para melhor contextualizar os projetos citados anteriormente, descreverei alguns aspectos a respeito daquilo que vem sendo desenvolvido nas áreas de subsistência, saúde e educação escolar.

²⁷ Conforme: “Fogo volta a ameaçar a reserva avá-guarani”, jornal O Paraná de 04 de agosto de 2000.



Foto 6
Vista parcial do lado leste do tehoha. A foto foi tirada em agosto de 2001, quando a terra já estava sendo preparada para o plantio de setembro.
Foto: Zeila Costa, 2001.

Projetos de subsistência

Tradicionalmente, a subsistência dos Guarani, segundo Schaden (1974) era satisfeita preferencialmente com a caça e a pesca. O processo histórico vivido por esse povo, deu a agricultura um papel importante²⁸, mas com características distintas, como não fornecer prestígio individual. Isso por que a atividade de produção Guarani possui um caráter comunitário, além de um caráter “sobrenatural”. Segundo Schaden,

O que se nota é um predomínio extraordinário da religião em todas as esferas da cultura, inclusive na economia, a ponto de as atividades econômicas aparecerem, não raro, como simples pretexto para a realização de cerimônias de contacto com o sobrenatural e controle dos poderes pessoais que se julgam ter influência no destino dos homens (Schaden, 1974, p. 38)²⁹.

²⁸ Litaiff (1996, p. 79) destaca que os Mbyá da TI Bracuí, devido as características das terras em que vivem, têm o artesanato como principal atividade econômica, fenômeno que se pode perceber em diversas TI Guarani em Santa Catarina, como o Morro dos Cavalos, que fica a beira da BR 101. Praticamente todos os dias pode-se encontrar índias Guarani do Morro dos Cavalos vendendo artesanato no Centro de Florianópolis. Litaiff (1996, p. 79) ainda cita casos de outros grupos Guarani que têm o artesanato como sua principal atividade econômica, como os Mbyá de Santa Catarina que vendem suas cestarias às margens da BR 101.

²⁹ É muito recorrente na literatura sobre os Guarani, fazer relação entre religião e diversas atividades, e, naturalmente, com a economia. Porém, devido ao alcance deste trabalho, não desenvolverei essa discussão, apenas aponto-a. Considero importante, ao menos, citar que hoje já há debates que acenam para uma visão mais cosmológica do que religiosa das atividades Guarani.

Para o Guarani, por exemplo, o cultivo do milho é mais importante do que qualquer outro cultivo, é o produto preferido na alimentação e é dele que se faz a chicha, bebida fermentada muito utilizada nas “cerimônias religiosas”. Depois do milho, a mandioca é o alimento mais consumido por esse grupo. Também Almeida (1997) destaca a importância que a agricultura passou a ter para os Guarani. Segundo o autor, a roça (*kokue*) é uma das formas que o grupo utiliza para “a ocupação plena da nova terra” (s/p), no relatório sobre a aquisição das terras no município de Diamante d'Oeste que fez para a Binacional, Almeida destaca a necessidade de se concentrar, no ano da chegada, “... na consolidação da comunidade no novo lugar, isto é, na implantação das roças de subsistência (*kokue*), das habitações definitivas (*óy, oga*) e na criação de estrutura mínima para atendimento de saúde (*mba'asy*)”.

A terra sempre foi um bem coletivo para os Guarani e a agricultura já era, desde o tempo das *ogajekutu* (casas-grandes que abrigavam as famílias extensas), desenvolvida tanto de forma coletiva, como individual. As famílias extensas são, por isso, as unidades da organização econômica dentro do *tekoha*, assim como das organizações política, religiosa e de parentesco (Almeida, 1995, s/p). “*Um velho me disse que antes do branco chegar o Guarani fazia a casinha num lugar, e quando não queria mais ficar ali, mudava a casinha pra outro lugar. O branco chegou e cercou a terra, por isso passamo o que tamo passando*” (relato do cacique).

O primeiro projeto, relacionado à produção de alimentos, desenvolvido após a volta da atuação da Itaipu Binacional junto ao grupo indígena foi o “Projeto Emergencial de Atendimento à Reserva Indígena *Tekoha Añetete* de Diamante d'Oeste”³⁰. Em 2 de agosto de 2000, representantes da comunidade indígena, da Itaipu Binacional e da prefeitura municipal de Diamante d'Oeste reuniram-se para discutir as preferências da comunidade na produção agrícola e criação de animais. Passados quase quatro anos desde a transferência para as novas terras, finalmente podem ser constatados alguns resultados positivos.

A safra 2000/2001 foi viabilizada pelo “Projeto Emergencial de Atendimento à Reserva Indígena *Tekoha Añetete* de Diamante d'Oeste”. Nesse projeto, foram definidos dois tipos de produção: a roça familiar e a roça coletiva. Com relação a criação de animais, previa-se a criação de abelhas-europa³¹ e abelhas-jataí³², além de um estudo para a criação de animais silvestres em cativeiro e a piscicultura.

³⁰ Conforme “Projeto Emergencial de Atendimento à Reserva Indígena *Tekoha Añetete* de Diamante d'Oeste”.

³¹ Aurélio: Abelha-europa: *Apis mellifera*.

O “Projeto Emergencial...” foi uma primeira tentativa de superar os problemas da comunidade com relação a produção agrícola. Como já citei anteriormente, vários fatores estavam dificultando a exploração agrícola, especialmente as características específicas do solo. Das diversas reuniões que fizeram, em busca de soluções para os problemas relativos à produção agrícola, surgiu a proposta de dividir a comunidade em “grupos familiares”. O modelo de organização posteriormente implementado, baseou-se na organização espacial das famílias.

A proposta foi unir as famílias que moravam próximas para fazerem uma roça em conjunto, que passaram a chamar de roça coletiva. A justificativa para esse novo tipo de produção era que o trabalho ficaria concentrado em uma determinada área, possibilitando, por exemplo, o controle do crescimento do capim-colonial, utilizado para a pastagem de rebanhos, e que pode ser encontrado em toda a TI. De acordo com o cacique: *“O grupo não é pra se dividir, o grupo é pra trabalhar mais fácil”*.

Assim, os grupos de trabalho, como ficaram denominados, foram formados pela proximidade das moradias, que em dois casos, esta claramente relacionada a relações de parentesco. Cada grupo possui um coordenador, escolhido entre seus membros. Com essa nova organização, a maioria dos contatos entre Guarani e não-Guarani, especialmente os relacionados a produção agrícola e criação de animais, são feitos a partir dos coordenadores, como o repasse de sementes, repasse de ferramentas de trabalho, curso de apicultura, discussões sobre problemas etc.

O destino da produção das roças coletivas, preferencialmente, é a comercialização, visando a captação de recursos para a comunidade adquirir o que não produzem. Para a Safra 2000/2001 foram preparadas três áreas com 5 ha cada³³. Em cada área, foram plantados três hectares e meio de milho e um e meio de arroz. As sementes de milho utilizadas nas roças coletivas são híbridas. Já nas roças familiares plantam tanto sementes de *avati* (milho Guarani)³⁴, como milho híbrido.

A venda da produção das roças coletivas, até hoje, foi feita tanto pela família, quanto pelo grupo. A partir de suas necessidades, vão dispor de sua produção. Não existe nenhum critério específico na escolha do comprador, que pode ser um colono vizinho, um comerciante das vilas próximas ou a Cooperativa Agro-Industrial Lar. A sugestão que representantes da prefeitura e da Itaipu Binacional fazem aos indígenas, é que vendam sua produção para a cooperativa, que oferece um preço superior para o grão. Segundo um

³²Aurélio: Abelha-jataí: *Trigona jaty*.

³³ Dois grupos de trabalhos menores se uniram, por esse motivo, são quatro grupos e três áreas.

³⁴ O milho Guarani é uma variedade de semente de milho que vem sendo preservada por esses grupos ao longo dos tempos.

representante da prefeitura, da safra de 2000/2001, algumas famílias chegaram a vender até parte da produção da roça familiar, o que posteriormente acabou resultando em carência alimentar.

Para esta safra, foram preparados 2 ha de solo para cada família. Onde plantaram milho indígena e híbrido, feijão, arroz, amendoim, mandioca, abóbora e melancia.

Para garantir a sobrevivência do grupo antes da colheita, ficou determinado no “Projeto Emergencial ...” que as famílias seriam remuneradas pelo trabalho realizado na lavoura. O pagamento ficou sob a responsabilidade da prefeitura, que utilizou, para isso, os recursos do ICMS ecológico, metade do pagamento foi feito em espécie e a outra em alimentos.

A participação de cada ator social envolvido nesta safra foi a seguinte: os indígenas ficaram responsáveis pelas atividades relacionadas ao plantio, excetuando aquelas feitas a partir da mecanização, onde profissionais habilitados são os responsáveis. A prefeitura municipal participou com a organização dos trabalhos e o acompanhamento, a Itaipu forneceu os recursos necessários para o pagamento das horas de trator e sementes e a FUNAI, que ainda teve uma pequena participação neste momento, forneceu uma parte do óleo combustível necessário para as máquinas e recursos para a compra de três cestas básicas de alimentos para cada família.

Segundo um representante da prefeitura municipal, os resultados dessa safra, considerando algumas dificuldades que surgiram como intempéries climáticas e especificidades do solo, foi considerado positivo.



Foto 7
Cultivo de mandioca
Foto: Zeila Costa, 2001.

O “Projeto Emergencial...”, também previa a criação de abelhas e um estudo técnico sobre a criação de animais silvestres em cativeiro, além de piscicultura.

A apicultura era uma reivindicação antiga da comunidade. As famílias estão criando abelhas-jataí em caixas que foram fornecidas pela prefeitura, três para cada uma³⁵, como a criação é feita pelas famílias individualmente, não foi possível precisar a quantidade de mel produzido. A técnica necessária para a criação dessa espécie de abelha, que não possui ferrão, já era conhecida da comunidade. Já o contato com as abelhas-europa aconteceu em agosto do ano 2000³⁶, quando a comunidade recebeu a visita de especialistas dos departamentos de Agronomia e Biologia da Universidade Federal do Paraná. Que trouxeram 18 caixas de abelhas-europa e orientaram os indígenas sobre o manuseio da criação (conforme foto 8). A FUNAI contratou um profissional da cidade para assessorar a criação, financiou a instalação das caixas e forneceu os equipamentos necessários para a atividade, como roupas especiais e centrífuga. O acompanhamento da criação é feito pela prefeitura e pela Itaipu Binacional. Em fevereiro de 2002, pude observar a movimentação em volta da colheita do mel. Não obtive informações precisas sobre a quantidade total de mel que estavam colhendo, mas os comentários eram que a produção tinha sido boa. Toda a produção é consumida internamente.

³⁵ Conforme: “Projeto Emergencial” e relatórios de atividades do Projeto Emergencial de 09/08/00, 16/08/00 e 24/08/00.

³⁶ Conforme Relatório das Atividades do Projeto Emergencial da Reserva Indígena *Tekoha Añetete* de Diamante d'Oeste, de 31/08/00.

Atualmente, cada família recebe, pelo menos, dois litros de mel cada uma a cada colheita. A distribuição está sendo feita pela enfermeira que atende a comunidade. Segundo ela, as crianças da aldeia perderam peso no período entre a última plantação e sua colheita e o consumo de mel está ajudando as crianças a recuperar o peso dia-a-dia.

O estudo técnico para a criação de animais silvestres em cativeiro, previsto no “Projeto Emergencial ...” foi implementado³⁷. O animal escolhido para a criação foi a capivara. Em 31 de maio de 2000, a FUNAI, através da Administração Executiva Regional de Guarapuava, entrou em contato por ofício com o Diretor Geral Brasileiro da Itaipu, pedindo apoio para a implantação do projeto³⁸. A escolha do local para a construção do criadouro dos animais foi feita pelos indígenas. A construção do criadouro de 5,5 ha de área, teve início em julho de 2001, o local escolhido já possuía um açude que passou por reparos. As obras foram feitas por indígenas e não-indígenas contratados pela prefeitura³⁹. A Itaipu Binacional adquiriu cinco capivaras que foram soltas no criadouro em dezembro de 2001⁴⁰. No plano de trabalho feito para a Safra 2001/2002, foi prevista uma lavoura com 2 ha de milho e 1ha de mandioca e abóbora em consórcio com o milho para a alimentação dos animais silvestres⁴¹. A alimentação dos animais ficou sob a responsabilidade de um dos indígenas, que é remunerado pelo trabalho⁴². Os recursos para a construção do cativeiro vieram da Binacional e do município, a FUNAI forneceu uma parte do material necessário para a construção da cerca.

Ainda com relação a criação de animais, todas as famílias fazem criação de galinhas e patos. Alguns animais foram trazidos da TI Ocoí e outros foram comprados na nova TI. Também estão criando suínos. Do rebanho atual, parte foi trazida do Ocoí e parte comprada. Em 2000, a comunidade, junto com a prefeitura, implantou um sistema de reprodução de suínos, que pudesse fornecer essa espécie de animal para todas as famílias. “... criação de

³⁷ Esse mesmo projeto foi desenvolvido na TI Ocoí, com um número maior de espécies, mas não deu resultado positivo.

³⁸ Conforme Ofício nº 072/GAB/AERGU-00 da Administração Executiva Regional de Guarapuava/FUNAI para o Diretor Geral Brasileiro da Itaipu Binacional, em 31 de maio de 2000.

³⁹ Todas as frentes de trabalhos no interior da TI, onde os indígenas participam, são remuneradas pela prefeitura, que utiliza os recursos do ICMS ecológico. Uma parte do pagamento é feita em espécie e a outra em alimentação. Sobre esse assunto, desenvolverei melhor mais adiante, quando discuto as fontes dos recursos que estão sendo investidos na TI.

⁴⁰ Um macho adulto, uma fêmea adulta, 2 fêmeas jovens e 1 macho jovem – de acordo com o relatório de atividades desenvolvido na TI feito para a Itaipu de 03/12/01.

⁴¹ Conforme “Plano de Trabalho Área Indígena *Tekoha Añetete* 2011(sic)/2002”.

⁴² Como nas frentes de trabalho, essa remuneração também é feita pela prefeitura.

porco pra comunidade, só que agora tá começando a criar porquinho. Só uma parte, a gente faz um chiqueiro pra criar nele, depois a gente distribui, depois que tem bastante” (cacique, julho de 2001). A prefeitura, além de participar com o apoio técnico e financeiro da obra do criadouro de Iha, onde foram soltos cinco matrizes e um reprodutor, também ficou responsável pela alimentação dos animais, até que a plantação que estavam desenvolvendo tivesse resultado⁴³. O tratamento dos animais ficou sob responsabilidade de um indígena. Em janeiro de 2002, já estavam com oito matrizes no criadouro.

Além desses, ainda criam alguns animais de grande porte, como cavalos e vacas. Essas criações também não são feitas por todas as famílias, alguns equinos já estavam na área quando chegaram. A Itaipu, em 2002, adquiriu 16 vacas leiteiras para serem distribuídas entre os grupos de trabalho, quatro para cada grupo. Os coordenadores dos grupos receberão instruções sobre a criação dos animais, dos indígenas que já praticam essa atividade. Cada grupo dispõe de um equino e uma junta-de-boi para os trabalhos da lavoura.



Foto 9

Pátio de uma das moradias que já possui animais de grande porte. Observar como tanto os pequenos animais, quanto os maiores são criados soltos.

Foto: Zeila Costa, 2001

Um dos indígenas disse-me que logo que chegaram a TI, caçavam e pescavam muito. Hoje ainda encontram alguns animais para a caça, como porco do mato (cateto), tatu,

⁴³ Conforme “Termo de Repasse de Suínos” de 24 /08/ 00.

paca, coati e capivara. Também colhem algumas frutas na mata, como guabiroba e coco. Apesar da TI fazer divisas com dois rios, estes são pouco piscosos.

Após a safra de 2000/2001, a comunidade continuou a receber apoio para a agricultura. Em 2001, a Itaipu Binacional e a prefeitura de Diamante d'Oeste refizeram a parceria que tinham e desenvolveram junto com o grupo indígena um plano de trabalho para a safra 2001/2002, o *“Plano de Trabalho Área Indígena Tekoha Añetete – 2011(sic)/2002”*. Nesta nova safra, ficou determinado que seriam preparados 60 ha de terra para as roças familiares; ficando cada uma com 2 ha, onde seriam plantados arroz, mandioca, feijão (preto e carioca), abóbora, melancia, milho indígena e híbrido, milho pipoca, amendoim e melão. As roças coletivas, desta vez, ficaram com quatro hectares cada uma, totalizando 12 ha, 10 ha de milho e 2 ha de arroz. Além das roças familiares e comunitárias, foi neste plano de trabalho que ficou definida a plantação para a alimentação dos animais silvestres.

Apesar do que estão produzindo, os indígenas ainda necessitam das cestas básicas de alimentos, que continuam sendo fornecidas pela CONAB. Também há a necessidade de comprar alguns produtos: *“Tem que comprar sabão, tem que comprar azeite, tem que comprar sal. Isso aí, tem tudo que comprar”* (relato do cacique). Os recursos vêm de vários lugares, da venda de alguns produtos que produzem, da remuneração que alguns recebem das frentes de trabalho abertas pela prefeitura municipal⁴⁴, da aposentadoria de alguns indígenas, da venda de artesanato.

O artesanato, atividade tradicional Guarani, não é muito explorado pelo grupo, o interesse maior é pela agricultura. O mercado regional e a disponibilidade de matéria prima na área são restritos. Somente algumas pessoas desenvolvem a atividade, dentre o que produzem estão as conhecidas esculturas zoomórficas feitas em madeira leiteira (*kurupika'y*), maracás (*mbaraká*) feitos de cabaça (*y.akua*) e colares de sementes encontradas na mata, como a ‘lágrima de Nossa Senhora’ (*boy*). Os trabalhos são vendidos a visitantes da TI⁴⁵ ou em locais para onde viajam, como a Casa do Índio em Curitiba.

⁴⁴ Como tirar cercas velhas ou a própria construção do cativeiro de animais silvestres.

⁴⁵ A TI está recebendo visitas freqüentes, especialmente de escolas dos municípios vizinhos, que fazem pequenas excursões para conhecer a cultura Guarani e o grupo. Dentre os locais que visitam estão os criadouros coletivos de animais, as plantações e a escola, durante a visita um dos indígenas fala um pouco sobre a cultura Guarani (relato de um dos representantes da prefeitura).



Foto 10
Artesanato feito no tekoha: esculturas zoomórficas.
Foto: Zeila Costa, 2001.

Em fevereiro de 2001, a comunidade indígena registrou uma associação, a “Associação Comunitária e Indígena *Tekoha Añetete*” (ANCITEA).

As Associações Indígenas definem um novo ator social que surge no contexto político/social brasileiro. Na década de 80, houve um grande aumento do número de Associações Indígenas no Brasil, fenômeno que ocorreu especialmente no norte do país, onde se encontra o maior número de etnias indígenas. Os possíveis fenômenos que levaram a esse aumento foram: internamente, a promulgação da Constituinte de 1988, que em seu artigo 192, torna possível esses tipos de associações: *“Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo”* e o desinteresse do Estado em criar políticas públicas específicas para os indígenas. Atualmente, a atuação do Estado, nestas questões, está limitada a demarcação de territórios, isso sem falar no desmantelamento orçamentário e estrutural da FUNAI. Externamente, um dos fatores que impulsionaram o aumento das associações foi “...a globalização das questões relativas ao meio ambiente e aos direitos das minorias ao longo dos anos 70 e 80” (Albert, 2000, p.197). Um segundo fator foi a “descentralização da cooperação internacional, hoje igualmente reorientada para interlocutores da sociedade civil organizada, para o desenvolvimento sustentável e o incentivo à implementação de micro projetos locais”, o que, para o autor, abriu um “mercado de projetos” (idem). Os fins que esses tipos de associações buscam são vários: “gestão territorial, manutenção institucional, organização de assembléias e encontros, programas de

saúde e de educação, iniciativas relativas à auto-sustentação e comercialização, divulgação e reafirmação cultural etc.” (idem), todos de alguma forma procurando suprir lacunas deixadas pelas políticas públicas. Hoje há mais de 250 associações indígenas na Amazônia legal (ibid., p.202).

A iniciativa de criar uma associação para o grupo indígena da TI *Tekoha Añetete* partiu do cacique. Um professor da Universidade Federal do Paraná trouxe um modelo de estatuto e junto com os indígenas e representantes da prefeitura elaboraram o estatuto da ACITEA. O objetivo da Associação é criar projetos que possam gerar receita para a comunidade. Até fevereiro de 2002, o único projeto desenvolvido para a Associação foi o de uma roça coletiva. Em janeiro de 2001, antes mesmo da oficialização da ACITEA, foi feita uma lavoura de 7ha de milho safrinha⁴⁶, participaram desse empreendimento a prefeitura, a Itaipu e a FUNAI. A especificidade desta roça é ser uma produção coletiva, direcionada para a obtenção de recursos para a coletividade. O resultado da plantação não foi o esperado. A plantação foi atingida por uma geada, causando perda total da produção, fenômeno que atingiu com outros agricultores da região. Por isso, e pela falta de outros projetos, a Associação ainda não possui nenhum recurso próprio⁴⁷.

Além dos projetos ligados a subsistência do grupo, outros estão sendo desenvolvidos. Um deles é o reflorestamento de uma parte da TI.

O Estado do Paraná possui um programa de desenvolvimento florestal, em convênio com alguns municípios, “Florestas Municipais”. Onde os interessados, inclusive pessoas físicas, recebem incentivos para preservarem e conservarem a mata nativa e plantarem determinados tipos de árvores; mudas, que, em pouco tempo, estarão prontas para serem utilizadas ou vendidas (Rosso, 2001b). O órgão que atua junto aos município é o Instituto Ambiental do Paraná (IAP).

O município de Diamante d'Oeste participa desse programa, uma das áreas escolhidas para o reflorestamento fica na TI. O local a ser reflorestado foi definido pelos indígenas, que junto com os não-indígenas já iniciaram os trabalhos. Serão plantados 3 ha com mudas de angico, ipê e arueira, vindas do viveiro municipal⁴⁸.

⁴⁶ O milho safrinha é uma espécie de semente plantada fora do período usual do plantio de milho na região, setembro. A plantação dessa semente acontece no mês de janeiro, período em que o clima nem sempre é propício à agricultura.

⁴⁷ Conforme José Maria Dias, Secretário de Agricultura e Meio Ambiente do município.

⁴⁸ Idem nota anterior.

Outro projeto em andamento é a construção de uma rede de água canalizada, que está sendo desenvolvido em parceria pela prefeitura e pela FUNASA. A FUNASA, além da assistência direta à saúde, também é responsável pelo saneamento das TIs. A água que utilizam na TI vêm de fontes de água e dos rios. Deoclécio Leite da Silva, técnico em saneamento ambiental da FUNASA, que estava fazendo o levantamento do número de famílias e sua localização na TI, informou-me que somente 20% da água, utilizada hoje pela comunidade, é própria para o consumo. Os recursos utilizados nesse projeto, são federais, da FUNASA, destinados ao saneamento do município, que a prefeitura decidiu investir na TI. Uma parte dos trabalhos está sendo executada pela FUNASA e outra pela prefeitura⁴⁹.

Com relação a origem dos recursos desses projetos, o município de Diamante d'Oeste participa dos projetos implementados na TI, com os recursos que recebe do estado do Paraná na forma de ICMS ecológico. Além de indiretamente utilizar outras fontes de investimentos, mas em menor escala, como o uso/desgaste de máquinas e os salários dos funcionários.

A Constituição de 1988, estabeleceu que os estados brasileiros podem definir formas próprias do rateio de parte do ICMS que seus municípios têm direito. O estado do Paraná, pioneiramente, decidiu que uma parte desse recurso seria aplicado na área ambiental, criando a Lei do ICMS ecológico (Lei Complementar Estadual nº 59/91). Outros estados como São Paulo, Minas Gerais e Rondônia, já estão seguindo a iniciativa do Paraná. A partir da Lei Complementar Estadual nº 67/93 e do Decreto Estadual nº 3.446/97, os municípios do estado do Paraná que possuem em seus limites “Área de Terras Indígenas e Faxinais” passaram a se beneficiar deste tributo. É o caso de Diamante d'Oeste. A responsabilidade do município, que recebe os recursos por que tem uma TI em seus limites, é: “... acompanhar a vida da Área de Terra Indígena e oferecer apoio às comunidades, visando garantir boa qualidade de vida aos indígenas”. O município, que pretende ser beneficiado com este tributo, assina um “Termo de Compromisso”, comprometendo-se com a manutenção e melhoria de qualidade da “Unidade de Conservação”, “Área de Terra Indígena” ou outro espaço estabelecido. Isso quer dizer que uma parte dos recursos que o município recebe deve ser investida na própria TI. Mas também quer dizer que quanto mais é investido na TI, maior a possibilidade do município receber aumento no repasse dos recursos (Projeto ICMS ecológico por Unidade de Conservação, s/d). Foi o que aconteceu com o município de Diamante d'Oeste. Segundo João Zehnpfennig,

⁴⁹ O projeto já está em andamento. Um poço de 189 metros de profundidade e 30m³ de água já foi perfurado próximo à entrada. A água do poço será bombeada para o ponto mais alto da TI, onde será construído um reservatório. Deste reservatório, a água sairá por meio de canos para as moradias, o Posto de Saúde e a Escola. Um dos indígenas está sendo treinado para ser Agente Sanitário Indígena (ASI) e será o responsável pela manutenção e organização da rede de água.

Superintendente de Meio Ambiente da Itaipu Binacional, o investimento feito na TI, fez com que o município recebesse um aumento de 70% no seu valor no ano de 2002⁵⁰.

O ICMS ecológico passou a ser investido na TI em 2000. As áreas que têm prioridade para os investimentos são a agricultura, a educação e as obras de melhoramento⁵¹. A obrigatoriedade do investimento do ICMS ecológico, somada as iniciativas de outras entidades fez crescer as expectativas com relação aos projetos que estão sendo desenvolvidos.

De acordo com os extratos financeiros do município, fornecidos pelo IAP de Curitiba, em 2000 o município recebeu R\$4.659,085 de ICMS ecológico mensais, destes R\$2.329,542 tinham que ser investidos na TI. Em 2001, o município recebeu R\$13.382,713 mensais, dos quais R\$6.691,35 estavam destinados a TI.

O valor do imposto recebido pelo município, que é destinado mensalmente a TI, parece, a primeira vista, pequeno, mas observando os projetos em andamento, pode-se notar o diferencial com relação a grupos que ainda não conseguiram esse benefício, dentre eles podemos citar os grupos indígenas do estado de Santa Catarina, que ainda se mostra relutante em destinar parte do ICMS para as TIs do estado.

Nos projetos, onde a parceria é entre a Itaipu Binacional e o município, 70% dos recursos investidos vêm da Binacional e os outros 30% do município. Já os recursos utilizados nos projetos que a FUNASA está envolvida, os recursos vêm do Ministério da Saúde. As Universidades, como a Federal do Paraná, a de Londrina e a de Maringá, participam através de profissionais que vão até a cidade para ministrar cursos e palestras, especialmente para os professores da rede pública, além de oferecerem assessoria técnica em determinados projetos como a apicultura.

A saúde na TI

A assistência à saúde das comunidades indígenas, no Brasil, estava até 1999 sob responsabilidade da FUNAI, a partir da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, que foi alterada pela Medida Provisória nº 1.911-8 de 29 de julho de 1999, a FUNASA passa a ser a responsável pela assistência à saúde indígena, representada regionalmente pelos Distritos

⁵⁰ Considero importante frisar que o município está recebendo o ICMS ecológico por ter em seus limites uma Área de Terra Indígena, mas somente 50% do total do imposto é investido na TI, os outros 50% é revertido em benefício para o próprio município.

⁵¹ Conforme, José Maria Dias, Secretário de Agricultura e Meio Ambiente do município.

Sanitários Especiais Indígenas (DSEI). A lei nº 9.836 de 23 de setembro de 1999 acrescentou um dispositivo à Lei 8.080 de setembro de 1990 que regula as ações e serviços de saúde em todo território nacional, este dispositivo dispõe também que os estados, os municípios e as organizações não governamentais (ONG's) poderão atuar de forma complementar na assistência à saúde indígena. A FUNASA, dessa forma, tem a função gestora. A execução, o órgão transfere para terceiros, através de convênios que podem ser com ONG's, organizações indígenas, estados, municípios (ISA, 2000, p. 132).

O *Tekoha Añetete* é atendido pelo Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) Interior Sul, que tem sede em Florianópolis, Santa Catarina. Na área onde está a TI, a DSEI, em 1993, fez um convênio com a Associação Estadual dos Rondonistas, o Projeto Rondon (Ibid., p. 135). O Projeto Rondon era uma instituição governamental que atuou de 1967 até 1989 de maneira assistencialista em comunidades carentes em todo o país. Foi recriado em 1993, como uma organização não governamental (ONG), formada, especialmente por seus antigos participantes. Em 1999, o Projeto Rondon e a FUNASA formaram uma parceria, através de um convênio para executar o “Programa de Promoção, Prevenção e Assistência Primária à Saúde dos Povos Indígenas de São Paulo, Paraná e parte de Santa Catarina”⁵². Os grupos Guarani localizados nesses estados são assistidos, a partir de então, por essa Organização.

No que se refere a TI Tekoha Añetete, a Prefeitura de Diamante d'Oeste e a FUNASA firmaram uma parceria no ano 2000, que tinha por objetivo a construção do Posto de Saúde na TI. Em abril de 2001, o Posto de Saúde foi inaugurado. A solicitação foi feita pelos Guarani, que desde que vieram da TI Ocoí estavam sendo precariamente atendidos pela auxiliar de enfermagem da TI Ocoí, que se deslocava, com o apoio da Itaipu Binacional, mais ou menos de 15 em 15 dias até a TI Tekoha Añetete. Em 2000, a FUNASA, através do Projeto Rondon, contratou uma auxiliar de enfermagem e um motorista, moradores da região, que passaram a atender diariamente a TI, fazendo visitas periódicas às casas dos indígenas.

Atualmente, estão trabalhando no Posto de Saúde, além da auxiliar de enfermagem, dois agentes indígena de saúde (AIS). A comunidade também está recebendo atendimento odontológico desde 2001, que está sendo feito no Posto de Saúde da Vila Ponte Nova, devido a falta de espaço para o consultório odontológico no Posto da TI⁵³. Também em 2001, passaram a integrar o quadro de funcionários da FUNASA que trabalham na TI, uma médica e uma enfermeira. A FUNASA, além ser responsável pelo pagamento do pessoal e do

⁵² Conforme: “Projeto Rondon”, Boletim de Convênio 1718/99, nº 1, jan de 2001.

⁵³ Quando fiz a última etapa de pesquisa, já havia sido feito o planejamento para a ampliação do Posto de Saúde, para que o consultório odontológico fosse transferido para a TI.

combustível para o carro, fornece alguns remédios. As doenças mais comuns entre as crianças são gripe, desarranjo intestinal e verminose; entre os adultos, gripe, além de problemas musculares e problemas pulmonares⁵⁴. Quando precisam utilizar um hospital, são atendidos pelo hospital do município de Diamante d'Oeste, o Hospital e Maternidade Menino Jesus e em casos mais graves recorrem primeiro ao Hospital Bom Jesus no município de Toledo. Quando o problema não pode ser solucionado nestes hospitais vão até Curitiba, ao Hospital Pequeno Príncipe. Todos os estabelecimentos possuem convênio com a FUNASA.



Foto 11
Posto de Saúde
Foto: Zeila Costa, 2002.

Mesmo fazendo muito uso da farmacologia ocidental, é importante salientar que o Guarani possui uma concepção própria de saúde, que está muitas vezes ligada a religiosidade.

Nas discussões etnológicas, os Guarani são frequentemente associados a um alto grau de religiosidade. Para Schaden (1974), a religião é fundamental na vida Guarani, o autor considera que ‘todos’ os aspectos de suas vidas estão ligados às concepções religiosas. Clastres (1978), relaciona as “migrações” Guarani com as lideranças religiosas, que a partir de sonhos comunicam-se com um ‘plano sobrenatural’, onde os caminhos a serem seguidos são indicados. Melià (1990) ao falar sobre a “Terra sem mal dos Guarani” destaca que:

(...) a busca da terra sem mal é – pelo menos no estado em que estão nossos conhecimentos – o motivo fundamental e a razão suficiente da migração guarani. E nesta se

⁵⁴ Informações obtidas com a auxiliar de enfermagem, Maria Aparecida.

insere a especificidade da economia das tribos. A terra sem mal é, certamente, um elemento essencial na construção do modo de ser guarani” (p.33).

Litaiff (1996), destaca que a religião é o fator mais importante da etnicidade dos *Mbyá* Guarani.

A *Opy*, “casa de reza”, é o centro religioso das aldeias (Litaiff, 1996, p.93). A *Opy* da TI Tekoha Añetete é uma construção que segue os modos tradicionais de construção Guarani, as paredes são de troncos de árvores, cobertas por folhas de sapé. Possuindo somente uma porta como abertura. O interior é um espaço único com o chão de terra batida e pouca luminosidade. A disposição do mobiliário divide o interior em dois. Numa das partes, onde está a entrada, fica uma fogueira. Na outra, estão dispostos em três lados, bancos feitos de tábuas e troncos de árvores. É, nessa segunda parte, que as ‘conversas’ acontecem.

Voltando à questão da saúde, tive a oportunidade de presenciar uma reunião na *Opy*, onde o objetivo era discutir a necessidade de um transplante de fígado⁵⁵ em uma das crianças da aldeia e a doação de parte do órgão por parte de seu pai⁵⁶. O problema da criança foi diagnosticado por médicos que assistem o grupo. Estavam presentes na reunião funcionários do Posto de Saúde, alguns indígenas e um pajé. Apesar do diagnóstico da doença ter sido feito por médicos, que são procurados frequentemente pelos Guarani, esse não foi simplesmente aceito. Antes o grupo reelaborou o fenômeno, que passou a ser explicado pelo pajé a partir de códigos compartilhados pelo grupo. Somente após essa reunião é que foi possível continuar os procedimentos necessários para a cirurgia da criança.

Esta foi uma reunião excepcional, mas os Guarani reúnem-se todos os sábados na *Opy*, onde passam a noite rezando e dançando. Os pajés, além de dançar e rezar, também aconselham a comunidade. Geralmente, é neste dia que discutem as questões relacionadas à TI, como as propostas de projetos apresentadas por entidades externas. Após as discussões, onde todos participam - mulheres e homens - há o conselho dos mais velhos e a decisão do que consideram melhor para o grupo.

Cada sábado faz dança. Toma chicha que nós fizemo do milho, então a gente faz isso pra criança se divertir. Nós temo pajé, sempre ele lembra religião, pra ter saúde, pra criança, pra tudo. Pajé não pode parar a religião. Não pode deixar a cultura, tem que sempre valorizar mais. Por isso que a gente precisa pajé. Muita sabedoria que tem, por isso que a gente precisa. Não esquece costume ... (relato do Cacique)

⁵⁵ A auxiliar de enfermagem foi quem forneceu as informações sobre a doença da criança.

⁵⁶ Tanto a mãe, quanto o pai da criança, tinham menos de 18 anos. Na última etapa de pesquisa que fiz, soube que a criança veio a falecer e a operação não chegou a ser realizada.

A ‘figura’ do pajé tem um papel central na construção do ethos Guarani. O cacique da TI disse-me que “o cacique cuida do povo em geral, da comunidade ... o pajé cuida da vida da gente, cuida pra não pisar mal. Ele cuida de tudo”. Segundo o cacique, não se aprende a ser pajé, é Tupã que escolhe quem será um pajé. Somente o pajé fala diretamente com Tupã, por isso é seu intermediário com a comunidade: “Diz que o Deus fala com ele. Não é qualquer um que vira pajé” (cacique). A cultura Guarani é transmitida, principalmente, através da tradição oral, sendo o pajé seu maior transmissor. É ele que conta, na *Opy*, histórias como a origem do mundo, que, segundo o cacique, está sobre um tronco de árvore boiando no mar. Quando o mundo se desequilibra, é o pajé com suas rezas que o coloca no lugar novamente: “O pajé coloca o tronco que segura a terra no lugar, quando ele se desequilibrar” (cacique). As crianças, quando já estão com mais de um ano de vida, são levadas até o pajé que canta, reza e dança para que Tupã as nomeie. Assim, os pajés além de curadores, também ‘equilibram o mundo’ e nomeiam as crianças.

A educação escolar na TI

A Constituição Federal de 1988 garantiu aos indígenas o direito a uma educação escolar diferenciada. O artigo 210 que versa sobre o ensino fundamental, diz no parágrafo 2º que:

O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

Até 1991, a educação escolar indígena estava sob a responsabilidade da FUNAI. A partir do Decreto nº 26/91 da presidência da República, o Ministério da Educação passa a coordenar a educação nas TIs. Em 1993, o MEC criou as “Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar”. Neste documento, ficou determinado como princípios para a organização da prática pedagógica indígena “a especificidade, a diferença, a interculturalidade, o uso das línguas maternas e a globalidade do processo de aprendizagem” (Grupioni, 2000, p. 144).

Com relação a participação da União, dos estados e dos municípios neste processo, o Conselho Nacional de Educação a partir da Resolução nº 3/99 fixou diretrizes para o funcionamento das escolas indígenas. Desta forma, ficou determinado que cabe a União:

... legislar, definir diretrizes e políticas nacionais, apoiar técnica e financeiramente os sistemas de ensino para o provimento de programas de educação intercultural e de formação de professores indígenas, além de criar programas específicos de auxílio ao desenvolvimento da educação. Aos Estados caberá a responsabilidades ‘pela oferta e execução da educação escolar indígena, diretamente ou por regime de colaboração com seus

municípios’, integrando as escolas indígenas como ‘unidades próprias, autônomas e específicas no sistema estadual’ e provendo-as com recursos humanos, materiais e financiamentos, além de instituir e regulamentar o magistério indígena (Grupioni, 2000, p.146).

No estado do Paraná, as escolas indígenas recebem a colaboração dos municípios. Dessa forma, no município de Diamante d'Oeste, é a Secretaria Municipal de Educação a responsável pelo pagamento dos professores e da servente, pelo fornecimento do material didático e da merenda escolar, assim como o transporte escolar para os indígenas que estudam fora da TI⁵⁷.

Professores e lideranças das TIs *Tekoha Añetete* e *Ocoí*, juntamente com professores do Departamento de Educação da Universidade do Paraná (UNIPAR), definiram uma “Proposta Político Pedagógica” para as escolas das duas TIs. Foram utilizadas como diretrizes os “Referenciais Curriculares Nacionais para as Escolas Indígenas”, editado pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC); a proposta curricular da Escola Indígena Guarani *Kyringue Yvotyty* da comunidade de Brakuí que fica em Angra dos Reis, no estado do Rio de Janeiro, e as proposições da *Nemboty Guasu Guarani*, organização Guarani a nível nacional. Nesta proposta, ficaram definidas duas linhas de sustentação para a educação escolar nas TIs: o *Ijeyvateve Kuery* (Conselho dos Velhos) e o conteúdo transmitido pelos professores, este abordará as áreas da História, Geografia, Ciências, Matemática e Lingüística. Para os Guarani o *reko ete* (cultura verdadeira) é central na educação Guarani, por isso tem que fazer parte da Escola. As lideranças consideram a escola somente “um galho da cultura guarani”⁵⁸. Desta forma, propõem que:

A Escola preconiza um projeto em relação ao guarani que se deve construir visando uma sociedade na qual as decisões sejam coletivas e da maioria, e a economia seja a de reciprocidade. Uma sociedade essencialmente comunitária e avessa as diferenças sociais do capital. Esta Escola também deve possuir e promover um diálogo fecundo com a cultura não-índia, como conhecimentos formais nas diversas áreas de História, Geografia, Ciências, Matemática e Lingüística (Proposta Político Pedagógica, p. 10).

As estratégias metodológicas deverão ser baseadas no *reko ete* Guarani, especialmente na oralidade e linguagem, pois a oralidade é fundamental na educação Guarani.

⁵⁷ Informação obtida com José Maria Dias.

⁵⁸ Conforme *Proposta Político Pedagógica da Escola Indígena Guarani do Tekoha Añetete*, p.09.

Em abril de 2001, foi inaugurado na TI, junto com o Posto de Saúde, o Centro de Educação Ambiental, onde passou a funcionar a escola, que oferece o ensino fundamental até a 3ª série. Desde 1997, os professores já davam as aulas em suas casas. Hoje são 32 crianças estudando.



Foto12
Centro de Educação Ambiental onde funciona a escola.
Foto: Zeila Costa, 2001.

Seguindo a Proposta Político Pedagógica, os alunos têm aulas com conteúdo bilíngüe (língua guarani e língua portuguesa) com professores indígenas dando as aulas⁵⁹. As disciplinas oferecidas são cultura guarani, história, geografia, matemática, ciências, português e escrita guarani. A maioria das crianças começa a aprender a língua portuguesa aos oito ou nove anos. Além das aulas, um dos professores ensaia um coral com as crianças⁶⁰, que já fez algumas apresentações em ocasiões como a inauguração do Posto de Saúde e do Centro de Educação Ambiental da TI e na Faculdade Dom Bosco no município de Cascavel. Atualmente, os ensaios são feitos na casa de um dos moradores, mas já há planos para a construção de um local próprio para os ensaios.

⁵⁹ A decisão de ter somente professores Guarani foi dos próprios Guarani.

⁶⁰ Ficou acordado entre a Secretaria de Educação do Município e a Comunidade Indígena que nas quartas-feiras não haveria aulas, para fazerem o ensaio do coral.

A partir da 4ª série, os Guarani, para continuar seus estudos, têm que frequentar uma escola fora da TI. Hoje, seis Guarani estão estudando em uma escola estadual⁶¹ na cidade. Um faz a 5ª série e os outros cinco fazem a educação integrada, um tipo de supletivo da 1ª a 4ª séries.

O que está acontecendo na TI *Tekoha Añetete* é um processo que está no auge de seu desenvolvimento, a maioria dos projetos serão ou foram implantados a pouco tempo. Até o momento, só houve resultado de uma das safras agrícolas, que foi melhor do que as anteriores, mas ainda carrega algumas das antigas dificuldades como tipo de solo e problemas com a erradicação do pasto. Com relação a saúde, o projeto principal, a canalização da água, ainda está em andamento, só o tempo mostrará os resultados, já que é um projeto que pressupõe uma moradia sedentária e os Guarani são conhecidos por sua mobilidade, tanto para fora da TI, quanto no seu próprio interior, a mudança do lugar das casas não é um fenômeno difícil de acontecer. Certamente o grupo se apropriará deste investimento e o reelaborará de acordo com seus costumes. Com relação ao projeto direcionado à educação escolar, as “Propostas Político Pedagógica” estão sendo desenvolvidas.

Os projetos apresentados aqui, não têm entre si nenhuma integração, são feitos de forma independente. Inclusive as entidades envolvidas, participam de projetos específicos. Ainda não é possível diagnosticar os resultados. O que se pode garantir é que a ‘qualidade de vida’ dos Guarani melhorou nesses últimos dois anos, o que só vem confirmar a necessidade do planejamento prévio e acompanhamento posterior dos reassentamentos ocasionados por GP (Cernea, 1995). Se esta postura fosse adotada por aqueles que desenvolvem esses tipos de projetos, seus efeitos deletérios poderiam ser, pelo menos, minimizados.

⁶¹ Escola Estadual Presidente Kennedy



Foto: 14
Crianças Avá-Guarani do Tekoha Añetete
Foto: Zeila Costa, 2002.

Considerações Finais

O objetivo desse trabalho foi, a partir de um olhar antropológico - mais especificamente de uma antropologia do desenvolvimento – recuperar o processo de reassentamento dos Avá-Guarani atingidos pelo reservatório da hidrelétrica de Itaipu.

Privilegiei a observação das soluções dadas aos problemas de subsistência e a atuação dos diferentes atores sociais envolvidos no processo. Contudo, questões como saúde, educação, relações interétnicas, etc., também foram apontadas.

A reconstrução desse *tekoha*, faz parte de um processo histórico. Por isso, a importância de resgatá-lo, para contextualizar a situação atual. As iniciativas atuais, na TI *Tekoha Añetete*, estão apontando para uma mudança nesse quadro, porém somente o acompanhamento continuado desse processo dirá até que ponto as consequências negativas que sofreram foram minimizadas.

O desconhecimento das especificidades culturais das populações que serão afetadas com a construção de um Grande Projeto, desencadeia uma série de *consequências negativas*, que podem ser observadas na história dos Guarani atingidos pela usina de Itaipu. Quando, após um longo processo de luta, essa população vê sua principal reivindicação atendida – a terra- a falta de planejamento, apoio e a precariedade do acompanhamento no novo local durante os três primeiros anos, configurou um quadro extremamente crítico, especialmente no que se refere à subsistência e saúde da população reassentada.

Os Guarani, que foram transferidos para Diamante d'Oeste, encontraram uma “terra limpa”, sem nenhuma infra-estrutura. Em pouco tempo, as dificuldades começaram a aparecer e antigos artifícios utilizados na TI Ocoí, como os depósitos sanitários à procura de alimento e esmolar, tiveram que ser acionados. A migração de parte do grupo para outras terras indígenas, conforme visto, são igualmente exemplos dessas dificuldades.

Isso só vem reafirmar que não é mais possível deixar de considerar que a situação atual dos indígenas brasileiros é muito diferente do que a de seus antepassados longínquos. Hoje os espaços são exíguos, por mais que pareçam adequados e a dependência de elementos externos, como alimentação, vestuário, tecnologias, educação, saúde são evidentes. O ‘índio’ que vive na mata, nu e sobrevivendo do que o meio-ambiente lhe oferece, pelo menos para a grande maioria dos grupos indígenas do sul do Brasil, é uma idealização. A compreensão de

que as culturas são dinâmicas e o respeito a determinação dos povos indígenas são fundamentais no trato de questões como as geradas por Grandes Projetos.

Nesse caso específico, o que se deve considerar não é somente a perda de terras, mas de um *tekoha*. Ou seja, é mais que a inundação de um território ou de uma aldeia, é a inundação do lugar onde o Guarani realiza seu modo de ser (Almeida, 1995, s/p). Apesar de tudo, os Avá-Guarani mais uma vez mostraram que são um povo. A força e a organização política do grupo, possibilitou que seu direito à compensação fosse assegurado.

É nesse contexto que vemos como o conceito *Impacto Global*, desenvolvido pelo IPARJ, é pertinente. Ao considerar que um *impacto global* é aquele que causa “(...)influência, em geral deletéria, em todos os setores da vida de um povo indígena, desde a sua população e as condições materiais de sua sobrevivência, até as suas concepções de vida e visões de mundo (...)” (IPARJ, 1986, p. 33). Vários dos efeitos negativos causados por Grandes Projetos, citados pela bibliografia especializada, puderam ser observados. Considero que o que está sendo feito hoje, em termos de implantação de projetos, especialmente aqueles em que a Itaipu Binacional participa, não é a continuação de um processo de transferência, mas soluções para novos problemas que a transferência causou.

Por outro lado, a participação da FUNAI nos projetos que estão sendo desenvolvidos – econômicos, saúde, educação - é pouco significativa. Além disso, seguindo as recomendações do laudo antropológico, feito por Almeida, até o momento não foi implantada uma estrutura administrativa do órgão na TI, apesar de reivindicada pelos Guarani. O que está configurando uma experiência inovadora que pode, ao longo do tempo, possibilitar a auto-gestão do grupo, que é possível devido a sua experiência histórica. Como é sabido, os Guarani, dos grupos indígenas do sul do Brasil, foram os que menos estiveram em contato com o “branco”, vivendo dispersos e criando inclusive uma situação de “invisibilidade”.

Os dados obtidos a partir da observação, relacionados às categorias construídas na literatura sobre Grandes Projetos, demonstraram que a não observação dos aspectos sócio-culturais em projetos dessa natureza; traz prejuízos para ambos os lados, o “afetado” e o “empreendedor”. Processo stressante e traumatizante para as populações afetadas, que poderia ser evitado se o interesse de empreendedores desse tipo de projeto não estivessem tão voltados para as questões técnicas e econômicas.

Hoje a legislação sobre o assunto está estabelecida, porém, é importante lembrar que as mudanças que ocorreram devem-se, também, ao surgimento de ong's sensíveis a causa indígena, a organização das populações atingidas por barragens e as organizações

indígenas⁶². Também, órgãos financiadores, como o Banco Mundial, tiveram papel importante nessas mudanças.

Um trabalho como este não pretende esgotar o assunto. Dessa forma, a compreensão mais ampla do que está acontecendo e seus desdobramentos requer um acompanhamento. Também a situação atual das famílias que ficaram na TI Ocoí merece atenção, pois é um quadro totalmente diferente. Não há, atualmente, nenhum acompanhamento, nem apoio para aquela população, que vem crescendo nos últimos anos, criando uma realidade cada vez mais caótica, devido ao tamanho exíguo da TI. São dois processos diferentes, mas interrelacionados, que merecem a atenção de pesquisadores.

⁶² Organizações que vêm crescendo nos últimos anos, entre elas estão a Nhemboaty Guasu Guarani e a Confederação dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil (CAPOIB).

REFERÊNCIAS

- ALBERT, Bruce. Associações Indígenas e Desenvolvimento Sustentável na Amazônia Brasileira. In: **Povos Indígenas no Brasil, 1996/2000** / [Carlos Ricardo (editor)]. São Paulo: Instituto Socioambiental, p. 197-207, 2000.
- ALMEIDA, Rubem T. **Aquisição de Terras para a comunidade Guarani-chiripa do Ocoy, Paraná, pela Itaipu Binacional**. Rio de Janeiro, 1997. Relatório Final.
- ALMEIDA, Rubem T. **Laudo Antropológico sobre a comunidade Guarani-Nãndeva do Oco'y/Jacutinga - PR**. Associação Brasileira de Antropologia/ Itaipu Binacional, Rio de Janeiro, 1995.
- ANTONAZ, Diana. Perturbações Laterais nos Grandes Projetos. In: **XX Reunião Brasileira de Antropologia**, 1996, Salvador. GT: Ambiente, População e Cultura/ Grandes Projetos e Populações Locais.
- BENETTA, Cláudio J. D. Itaipu: um megaprojeto. In: SANTOS, Sílvio C.; REIS, Maria José (Org.). **Memória do Setor Elétrico na Região Sul**. No prelo.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.
- CARVALHO, Edgar de A. **Avá-Guarani do Ocoí-Jacutinga**. Foz do Iguaçu, 1981. Parecer para a Associação Brasileira de Antropologia e CIMI.
- CATTA, Luiz E. **O Cotidiano de uma Fronteira: A perversidade da modernidade**. Florianópolis, 1994. 175f. Dissertação (Mestrado em História) – Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina.
- CERNEA, Michael M. El Reasentamiento Involuntario: la investigación social, la política y la planificación. In: CERNEA, Michael M. (coord) **Primero la Gente**. Variables sociológicas en el desarrollo rural. México, Fondo de Cultura Económica, 1995, p. 224-253.
- CLASTRES, Hélène. **Terra sem mal. O profetismo tupi-guarani**. Brasiliense, São Paulo, 1978.
- COTRIM, John R. **Notas sobre os antecedentes da criação de Itaipu Binacional**/ Centro da Memória da Eletricidade no Brasil. Rio de Janeiro: Memória da Eletricidade, 1999.
- DRUMOND, J. Ostras e Pasta de Papel: meio ambiente e a mão invisível do mercado. In: **Antropolítica**. Revista de Antropologia e Ciência Política. Rio de Janeiro, UFF, n. 1, p. 74-102, jan./jun. 1995.
- ESCOLA Indígena Guarani. Proposta Político Pedagógica (material fotocopiado).
- FRANCHETTO, Bruna. O que se Sabe Sobre as Línguas Indígenas no Brasil. In: **Povos Indígenas no Brasil, 1996/2000** / [Carlos Ricardo (editor)]. São Paulo, Instituto Socioambiental, p. 84-88, 2000.
- GERMANI, Guiomar I. **Os expropriados de Itaipu**. Porto Alegre, 1982. 366f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- GRUPIONI, Luís D. B. A Educação Escolar Indígena no Brasil: A Passos Lentos. In: **Povos Indígenas no Brasil, 1996/2000** / [Carlos Ricardo (editor)]. São Paulo, Instituto Socioambiental, p. 143-147, 2000.

IPARJ – Instituto de Antropologia do Rio de Janeiro. Estudo e Fundamentos para a Produção de Diretrizes do Relacionamento do Setor Elétrico com os Povos Indígenas. Relatório Final. Rio de Janeiro, IPARJ/ELETROBRÁS, 1988.

ISA – Instituto Socioambiental. Povos Indígenas no Brasil, 1996/2000 / [Carlos Ricardo (editor)]. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2000.

ITAIPU. Disponível em: <<http://www.itaipu.gov.br/empresasport/história.htm>> Acesso em: 01 mar. 2001.

LITAIFF, Aldo. **As divinas palavras**: identidade étnica dos Guarani-Mbyá. Florianópolis: ed. da UFSC, 1996.

MELIÀ, S. J. Bartolomeu. A Terra Sem Mal dos Guarani: Economia e profecia. In: **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 33, p. 33-46, 1990.

MELLO, Flávia C. de. **AATA TAPÉ RUPÿ** – **Seguindo pela Estrada**: Uma investigação dos deslocamentos territoriais realizados por famílias Mbyá-Guarani no sul do Brasil. Ilha de Santa Catarina, 2001. 120f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina.

NACKE, Aneliese. Deslocamentos Populacionais Compulsórios - experiência nacional e internacional. REIS, Maria José; HELM, Cecília M. V. (coord). **Hidrelétricas e reassentamento compulsório de populações**: aspectos socioculturais. Curitiba: IAP/GTZ, 1993.

NACKE, Aneliese; WEBER, Cátia. A Hidrelétrica de Itaipu e os Guarani do Ocoí-Jacutinga. In: HELM, C. M. V. (coord). **A Implantação de Usinas Hidrelétricas e os Indígenas no Sul do Brasil**. Curitiba: IAP/GTZ, 1998.

NARDON, Leonardo K. Casas tradicionais dos Guarani ressurgem no sul do País. In: **Brasil Indígena**. Brasília/DF, n. 4, p. 33-35, maio/jun. 2001.

NOELLI, Francisco S. As hipóteses sobre o centro de origem e rotas de expansão dos Tupi. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 39, n. 2, p. 07-53, 1996.

PROJETO Rondon, Boletim de Convênio 1718/99, nº 1, jan de 2001.

PROJETO ICMS Ecológico por Unidade de Conservação, Cartilha do Governo do Paraná. s/d.

REIS, M. José. **Espaços vividos, migração compulsória, identidade** – os Camponeses do Alto Uruguai e a hidrelétrica de Itá. Campinas, 1998. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Universidade de Campinas.

REIS, M. J. R e BORNHOLDT, L. Hidrelétricas, populações locais e poder de representação. In: **Comunicação à IV Reunião de Antropologia do MERCOSUL**, Curitiba, nov, 2001

RIBEIRO, G. L. **Empresas Transnacionais**: Um grande projeto por dentro. São Paulo: Marco Zero e Anpocs, 1991.

ROYLTIES. Disponível em: < <http://www.itaipul.gov.br> > Acesso em: 14 abr. 2002.

SANTOS, Sílvio C. As Hidrelétricas, os Índios e o Direito. In: HELM, C. M. V. (Coord). **A Implantação de Usinas Hidrelétricas e os Indígenas no Sul do Brasil**. Curitiba: IAP/GTZ, 1998.

SANTOS, Sílvio C. Introdução. In: SANTOS, Sílvio C.; REIS, Maria José (Org). **Memória do Setor Elétrico na Região Sul**. No prelo.

SANTOS, Sílvio C. et all. **Informe sobre os índios Avá-Guarani, ocupantes da AI Ocoí (Pr) realocizados pela UH Binacional Itaipu**. Fevereiro/1994.

SANTOS, Sílvio C.; REIS, M. J. A Construção de Hidrelétricas - Um fenômeno social. REIS, Maria José; HELM, Cecília M. V. (Coord). **Hidrelétricas e reassentamento compulsório de populações**: aspectos socioculturais. Curitiba: IAP/GTZ, 1993.

SANTOS, Sílvio C. dos & NACKE, Aneliese. Povos indígenas e desenvolvimento hidrelétrico na Amazônia. In **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 3, n. 8, p. 71-84, 1988.

SCHADEN, Egon. **Aspectos Fundamentais da Cultura Guarani**. São Paulo: ed. da Universidade de São Paulo, 1974.

STAVENHAGEN, Rodolfo. Etnodesenvolvimento: Uma Dimensão Ignorada no Pensamento Desenvolvimentista. **Anuário Antropológico** 84, Rio de Janeiro, 1985. p.11-44.

TEIXEIRA, Raquel F. A. "As Línguas Indígenas no Brasil". In: **A temática indígena na escola**: Novos Subsídios para professores de 1º e 2º graus. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995, p. 292-315.

WEBER, Cátia. "...AQUÍ OUTRORA RETUMBARAM VOZES...": os Índios Avá-Guaraní e a UH Itaipu Binacional. Florianópolis, 1995. 89. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Catarina.

Lei nº 9.836 de 23 de setembro de 1999

Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998

Lei 8.080 de setembro de 1990

Medida Provisória nº 1.911-8 de 29 de julho de 1999

AVÁ- Guaranis ganham a terra prometida. **Jornal da Itaipu**, Foz do Iguaçu, mar. 1997.

CARTA dos índios à Funai. **Jornal Nosso Tempo**, s/local, 26 maio a 01 jun. de 1983.

DIARRÉIA ameaça crianças avá-guaranis. **O Paraná**, Curitiba, 4 fev. 2000.

FOGO volta a ameaçar a reserva avá-guarani. **O Paraná**, (cidade?), 04 de ago. 2000.

FOGO na reserva indígena de Diamante. **A Tribuna**, Céu Azul, 15 set. 1999.

MALÁRIA já adoece 20 índios no Estado. **Folha do Paraná/ de Londrina**, Curitiba, 25 fev. 2001. Disponível em:

<<http://isapi.bonde.com.br/scripts/folha.dll?dt=25/02/2001&mtr=FCD1600&codjorn=J000&barra=sim&frase=INDIOS>> Acesso em 26 fev. 2001.

ROSSO, Gisele. Tribo vai comercializar milho. **COSTA OESTE**, Santa Helena, 25-31 jan. 2001a.

ROSSO, Gisele. IAP incentiva a preservação. **COSTA OESTE**, Santa Helena, 25-31 jan. 2001b.

SCARDUELLI, Paulo. Índios viviam na costa catarinense há 910 anos. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 12 jul. 1990.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- ALMEIDA, Rubem T. **O projeto Kaiowa-Ñandeva: uma experiência de etnodesenvolvimento junto aos Guarani-Kaiowa e Guarani-Ñandeva contemporâneos do Mato Grosso do Sul.** Universidade Federal do Rio de Janeiro/ Museu Nacional, Rio de Janeiro, 1991, v. II (p. 223-232).
- ASSIS, Valéria S. de. Guarani: Terras com menos burocracia. In: **Revista Brasil Indígena**, Brasília/DF, nº 4, p. 14, maio/jun. 2001.
- BADIE, M. C. El conocimiento mbya-guaraní de las aves. Nomenclatura y clasificación. **Suplemento Antropológico**, Asunción, v. XXXV, n. 2, p. 09-188, dec. 2000.
- BALÉE, William. Biodiversidade e os índios amazônicos. In: CASTRO, V. de C.; CUNHA, M. C. da. (org). **Amazônia: etnologia e história indígena.** São Paulo: Núcleo de História Indígena e do Indigenismo da USP: FAPESP, 1993, p. 385-393.
- BARTOLOMÉ, Leopoldo J.. O estrangeiro profissional e a tentação fáustica: a antropologia frente aos programas de desenvolvimento. In: ARANTES, Antônio et al., **Desenvolvimento e Direitos Humanos: A Responsabilidade do Antropólogo.** Campinas: Ed. da UNICAMP, 1992.
- CEDI** – Centro Ecumênico de Documentação e Informação. Povos Indígenas no Brasil, 1987/ 88/ 89/ 90. São Paulo: CEDI, 1991.
- Conhecendo nosso povo:** Comunidade Indígena Parkatêjê. Brasília: Ministério da Educação e Desportos; Belém: Secretaria de Estado de Educação, 1997.
- CHUEIRI, Thais e DINIZ, Lília T. Será que Índio Pode ...? In: **Povos Indígenas no Brasil, 1996/2000** / [Carlos Ricardo (editor)]. São Paulo: Instituto Socioambiental, p. 91-92, 2000.
- GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas.** Rio de Janeiro, LTC, 1989.
- GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar:** como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. RJ: Record, 1999.
- HANEERZ, Ulf. Fluxos, Fronteiras, Híbridos: Palavras-Chave da Antropologia Transnacional. In: **Mana**, Rio de Janeiro, p. 7-39, 1997.
- HELM. Maria Cecília V. et al. **A implantação de usinas hidrelétricas e os indígenas no Sul do Brasil.** Curitiba: IAP/GTZ, 1998.
- HELM. Maria Cecília V. Os Kaingang, os Guarani e os Projetos de Desenvolvimento. In: HELM. Maria Cecília V. et al. **A implantação de usinas hidrelétricas e os indígenas no Sul do Brasil.** Curitiba: IAP/GTZ, 1998.
- ISA** – Instituto Socioambiental. Povos Indígenas no Brasil, 1991/2095 / [Carlos Ricardo (editor)]. São Paulo: Instituto Socioambiental, 1996
- LUNA, S. V. de. **Planejamento de pesquisa:** uma introdução. São Paulo: EDUC, 2000.
- MELIÀ, S. J. Bartomeu. Ymarane'ÿ rekávo. Em busca da água sem males. **Porantim**, Brasília/DF, no 241, p. 5, dez. 2001.
- METRE, Léia. Mel. Nutrição sem medo das picadas. In: **Revista Brasil Indígena**, Brasília/DF, nº 4, p. 05-08, maio/jun. 2001.

- MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- NACKE, Aneliese. A experiência da implantação de hidrelétricas para os índios. In: HELM, C. M. V. (coord). **A Implantação de Usinas Hidrelétricas e os Indígenas no Sul do Brasil**. Curitiba: IAP/GTZ, 1998.
- NOELLI, Francisco S. A ocupação humana na região sul do Brasil: arqueologia, debates e perspectivas (1872-2000). **Revista USP**, São Paulo, n. 44, p. 218-260, dez./jan./fev. 1999-2000.
- OLIVEIRA, Roberto C. de. O Movimento dos Conceitos na Antropologia. **Revista de Antropologia**. São Paulo, v.36, p.13-31, 1993.
- POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. A Etnicidade, Definições e Conceitos. In: _____. **Teorias da Etnicidade**. São Paulo: UNESP, 1998, p. 87-111.
- REIS, M. José. O conhecimento da realidade sócio-cultural das populações locais - considerações teórico-metodológicas. REIS, Maria José; HELM, Cecília M. V. (coord). **Hidrelétricas e reassentamento compulsório de populações: aspectos socioculturais**. Curitiba: IAP/GTZ, 1993.
- REIS, Maria José; HELM, Cecília M. V. (coord). **Hidrelétricas e reassentamento compulsório de populações: aspectos socioculturais**. Curitiba: IAP/GTZ, 1993.
- RICARDO, Carlos Alberto. “Os Índios” e a sociodiversidade nativa contemporânea no Brasil. In: SILVA, A. L. da; GRUPIONI, L. D. (org). **A temática indígena na escola: Novos Subsídios para professores de 1º e 2º graus**. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995, p. 29-59.
- SANTOS, Leinad A.; ANDRADE, Lúcia M. M. (Org.) **As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas**. São Paulo: Comissão Pró-Índio, 1988.
- SANTOS, Sílvio C. dos. (Coord.). **Estudo etnográfico da Usina Hidrelétrica Machado: projeto 145/98**. Florianópolis: UFSC/ FAPEU/ NEPI, 1998. Relatório final.
- SANTOS, Sílvio C. dos. A implantação de Usinas Hidrelétricas e os Índios do Brasil. In: REIS, Maria José; HELM, Cecília M. V. (Coord). **Hidrelétricas e reassentamento compulsório de populações: aspectos socioculturais**. Curitiba: IAP/GTZ, 1993.
- SANTOS, Sílvio Coelho dos. (Coord.). **Hidrelétricas, Privatizações e os Indígenas no Contexto do Mercosul II**. Projeto Integrado do Núcleo de Pesquisa dos Povos Indígenas (NEPI), s/d.
- SANTOS, Sílvio C. A história da eletricidade no sul. In: SANTOS, Sílvio C.; REIS, Maria José (Org). **Memória do Setor Elétrico na Região Sul**. No prelo.
- SILVA, Marina. O drama guarani kaiowá: uma outra descoberta do Brasil. In: Conselho Indigenista Missionário Regional Mato Grosso do Sul; Comissão Pró-Índio de S.P.; Procuradoria Regional da República da 3ª Região (org.) **Conflitos de Direitos sobre as Terras Guarani Kaiowá no Estado do Mato Grosso do Sul**. São Paulo: Palas Athena, 2000. p. 13-31.
- WEBER, Cátia e HENRIQUES, Karyn N. R. **Informe sobre os Povos Indígenas em Santa Catarina**. Florianópolis, s/e, 1999.
- VIDAL, Lux. Projetos Desenvolvimentistas. In: **Cadernos da Comissão Pró-Índio**, São Paulo, n. 1, p. 47-50, ago./1979.
- VYSOKOLÁN, Oleg. Construcción de la nación multicultural en el Paraguay. **Suplemento Antropológico**, Asunción, v. XXXIV, n. 1, p. 33-56, jun. 1999.